

# MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO EM CATAGUASES

Centenário da Colônia Agrícola Major Vieira

Seminário promovido por:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E  
TURISMO**

Departamento Municipal de Patrimônio Histórico e  
Artístico de Cataguases  
Divisão de Educação Patrimonial

15 de abril de 2011

Apresentação de Joana Capella e Nilza Cantoni

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
2. FONTES E MÉTODOS .....	4
2.1 Metodologia de Pesquisa Genealógica .....	8
2.2 O tempo e o espaço .....	11
2.3 Divulgação dos Resultados .....	11
3. COLÔNIA MAJOR VIEIRA .....	13
3.1 AS FAZENDAS .....	14
3.1.1 Fazenda Boa Vista .....	15
3.1.2 Fazenda Floresta .....	17
3.2 A FUNDAÇÃO .....	19
3.3 O LOTE .....	21
FONTES .....	24
BIBLIOGRAFIA .....	25
APÊNDICES .....	26
1. AS COLÔNIAS EM MINAS GERAIS .....	26
2. AS HOSPEDARIAS .....	30
3. ALGUNS LOTES .....	38
LOTE 7 .....	38
SANTO EUGENIO PICCOLO c/c VITORIA ROSSIN .....	38
PEDRO COMELLO c/c IDA TONETTI .....	39
LOTE 15 .....	41
ADOLFO ROMAGNOLI c/c MARIA ZANELLA .....	41
LOTE 34 .....	44
MARCO LEASI c/c GIACOMA GRAZIOLI .....	44
LOTE 36 .....	47
VITTORIO BIANCHI c/c LUIGIA ROMAGNOLI .....	47

## INTRODUÇÃO

Toda pesquisa é planejada a partir de um tema que desperta o interesse. No nosso caso, trata-se da memória coletiva que entendemos como aquilo que “ficou do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”, conforme ensinou Pierre Nora<sup>1</sup>.

A memória coletiva sustenta o processo de formação da identidade. Para melhor compreender onde se forma esta memória, partimos da conceituação de Pierre Nora para os “lugares da memória”. Podem ser lugares materiais, funcionais ou simbólicos. Como lugares materiais teríamos os monumentos nos quais a memória social se alimenta através dos sentidos. Funcionais são as celebrações. Já os simbólicos são aqueles onde a memória coletiva se expressa, em geral reclamando um comportamento, uma providência ou uma decisão.

Os lugares da memória respondem à necessidade de reconstituição de sujeito, sendo formados através de ligação do passado com o presente, num misto de memória e história. O passado é o outro tempo, do qual aparentemente estamos desligados no presente. É nele que vamos encontrar os elementos constitutivos de nossa identidade. Para Nora, são os “restos” do passado que podemos alcançar.

Não há memória sem história e o ser humano tem necessidade de identificar uma origem que lhe permita situar-se na sociedade. A história tradicional não favorecia o movimento do sujeito para encontrar-se, uma vez que se dedicava especialmente aos grandes personagens do passado. Ressalte-se, também, que não há memória espontânea, sendo necessário criar arquivos, festejar aniversários e organizar celebrações. A construção destes lugares depende de escolhas.

Nosso estímulo veio também de Jacques Le Goff<sup>2</sup> quando declara que a

---

<sup>1</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista **Projeto História**. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1993, pp. 07-28.

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p. 28-29, 471 e 525

historiografia nasceu em função do surgimento de uma nova visão sobre o passado que demanda revisões para recuperar perdas e falhas na memória. Existem pelo menos duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira relaciona-se com o vivido e está povoada de mitos, necessitando da segunda na medida em que os historiadores busquem corrigir esta “história tradicional falseada”, esclarecendo a memória e retificando os desvios.

Ciro Flamarión Cardoso<sup>3</sup> recorda que os historiadores frequentemente se dedicam a desmistificar as memórias coletivas dominantes, oficiais e construídas pelo poder, que permitem facilmente a identificação das escolhas de quem as produziu. Nós trabalhamos com o “silêncio” da história oficial, ou seja, com a falta de referências sobre a imigração. Nossa responsabilidade, portanto, é levantar o véu de um passado próximo. Neste movimento, vamos montando um “lugar de memória” que queremos colocar à disposição de todos, baseados no alerta de Le Goff

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

O teórico francês ressalta que todos devem lutar pela democratização da memória social, como fez Triulzi, na África, convidando à pesquisa da memória do homem comum. É a tradição que representa a consciência coletiva de grupos em oposição ao conhecimento privatizado e monopolizado por interesses constituídos.

A memória é um instrumento de poder na medida em que passam a fazer parte da tradição de uma sociedade apenas os eventos selecionados pelo produtor dos documentos e monumentos. E, segundo Le Goff,

---

<sup>3</sup> CARDOSO, Ciro Flamarión. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2005

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Nenhum ser humano é capaz de atender a todas as necessidades. Vivemos numa sociedade composta de múltiplos sujeitos, cada um com habilidades específicas. No nosso caso, somos aprendizes de uma especialidade que tem uma característica assim definida por Lucien Febvre, citado por Le Goff<sup>4</sup>:

A habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores [...] tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Na mesma direção, Marc Bloch<sup>5</sup> alerta que seria ilusório imaginar a existência de um tipo especial de fonte para cada problema de pesquisa e acrescenta que as fontes não surgem por efeitos miraculosos. Pelo contrário, sua existência ou ausência depende de causas humanas.

Voltando a Le Goff, documentos são também monumentos na medida em que funcionam como um inconsciente cultural. O monumento é um suporte onde a memória coletiva se sustenta, ou, um lugar de memória como definiu Pierre Nora. Mas nem todos os monumentos estão disponíveis nas praças públicas ou são apresentados nos eventos oficiais.

É ainda de Le Goff<sup>6</sup> a lembrança de que, só a partir dos anos de 1960, tomou forma uma verdadeira revolução documental causada por importante mudança de paradigma. Os grandes nomes deixaram de estimular o interesse pela história, transferido que foi para toda a coletividade. Na esteira, os historiadores foram buscar os livros de assentamentos religiosos porque abrangem as “massas dormentes” que entraram para a história.

---

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p.530

<sup>5</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

<sup>6</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p.531

## 2. FONTES E MÉTODOS

O movimento de escolher as fontes com que se vai trabalhar está diretamente vinculado aos fundamentos teóricos que presidem o estudo. Em muitos casos, observa-se que por fontes primárias são elencados registros tidos como documentos inquestionáveis.

Para melhor esclarecimento da posição assumida nesta pesquisa, lembramos que o passado pode ser observado através de monumentos e documentos que, para Le Goff<sup>7</sup>, são dois tipos de memória. As estátuas e construções são dois exemplos de monumentos mais comumente lembrados. Já os atos escritos, algumas vezes são citados como documentos. Entretanto, ensina o teórico francês, os documentos emitidos no passado são também monumentos, na medida em que foram conscientemente produzidos para registrar um fato. Para os efeitos aqui pretendidos é necessário esclarecer que são citados documentos com o sentido de monumento, ou seja, herança do passado, e menos frequentemente numa referência ao que é produzido pelo próprio pesquisador.

Durante o processo de pesquisa, o estudioso separa as fontes e as organiza de determinada forma, executando o que Michel de Certeau<sup>8</sup> denominou como “produção de documentos”. Neste caso, trata-se de construir um documento de pesquisa, ou seja, organizar os dados de forma adequada ao uso que se fará.

O que parece escapar ao senso comum, além da percepção da existência dos documentos-monumentos e dos documentos produzidos pelo pesquisador, é que ambos refletem apenas uma das verdades possíveis. Recorde-se que Roland Barthes, citado por Munslow<sup>9</sup>, enfatizou que o historiador traduz as fontes em uma interpretação histórica, ou seja, a história escrita não pode ser tomada como “a

---

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 526

<sup>8</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p.81

<sup>9</sup> MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 84

verdade”, uma vez que representa tão somente a posição de seu autor. Da mesma forma, o documento-monumento não pode ser visto como “a verdade”, por refletir o que era socialmente aceito ou determinado no momento em que foi redigido.

Isto posto, é preciso definir o que seja fonte primária. Na prática de uma pesquisa como a que deu origem a este escrito, um registro de nascimento é fonte original (primária) e a transcrição de seus dados em um processo de casamento constitui uma fonte não original (secundária). Por outro lado, o registro de nascimento num assento de batismo poderá ser tido como fonte original enquanto o registro civil deste mesmo nascimento entrará na conta de fonte não original quando realizado muito tempo depois do evento.

Esta diferença é estabelecida a partir de mais ampla fundamentação teórica e foi intensamente utilizada na composição das fichas individuais dos personagens pesquisados. Importante destacar que, diferentemente do que é eventualmente citado, o Registro Civil de Pessoas Naturais não foi implantado pelo Regime Republicano. No Brasil<sup>10</sup>, ficou a cargo exclusivo da Igreja Católica até 1850, sendo realizado segundo o estabelecido pelo Concílio Tridentino (1545-1563) e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). A Lei nr. 586, de 06 de setembro de 1850, estabeleceu regras para o Registro Civil que foram regulamentadas pelo Decreto nr. 798 de 18 de janeiro de 1852, sob responsabilidade dos então chamados Cartórios de Notas, não invalidando, porém, o Registro Religioso.

Para a Província de Minas, destaque-se a Lei Mineira nr. 46, de 18 de março de 1836<sup>11</sup>, que fixou normas para o registro de nascimentos, casamentos e óbitos, sendo modificada na década de 1860<sup>12</sup> com determinações sobre as formas

---

<sup>10</sup> A legislação foi consultada no Arquivo Público Mineiro, em Veiga (1998) e em páginas da rede mundial de computadores do Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

<sup>11</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras 1665-1897**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998

<sup>12</sup> Termo inscrito no 1º livro do Cartório de Notas de Santa Bárbara do Monte Verde, aberto em 1862.

de aplicação da legislação nacional mencionada no parágrafo anterior.

A 7 de março de 1888 foi assinado o Decreto nr. 9886, que continha o Regulamento de Registro Civil, tendo sido marcado o início do Serviço para 1 de janeiro de 1889 através do Decreto nr. 10044 de 22 de setembro de 1888.

Ao final do ano de 1889, foi proclamada a República no Brasil e romperam-se os vínculos com a Igreja Católica. Mas somente o Decreto nr. 181 de 1890 determinou que o Casamento Civil seria o único reconhecido a partir de então.

A Lei Mineira nr. 181, de 24 de janeiro de 1890, e as instruções do Decreto nr. 233, de 27 de fevereiro do mesmo ano, estabeleceram as novas regras para o Casamento Civil. O Relatório da Presidência da Província de 1889 faz referência à legislação de 1888, informando que desde então os registros de nascimento e óbito estavam a cargo dos Juizes de Paz e não mais das autoridades religiosas.

Identificamos, porém, inúmeros impedimentos para que a Lei fosse cumprida. Entre os mais citados na literatura disponível, com destaque para Maria Beatriz Nizza da Silva<sup>13</sup> e Mary del Priore<sup>14</sup>, incluímos as dificuldades econômicas. A oficialização do registro de nascimento, casamento ou óbito estava fora de cogitação pela parte da população de menos recursos financeiros.

Debalde os esforços dos legisladores, somente na década de 1930 houve um avanço considerável na prática do registro civil de nascimento. O Decreto nr. 19710, de 18 de fevereiro de 1931, liberou de multa os registros em atraso.

No decorrer da elaboração do texto final, muitas outras fontes são citadas. O método de utilização de cada uma vinculou-se a uma base teórica oferecida pelos pensadores consultados. Que, em última análise, permitiram aprender sobre a produção dos documentos-monumentos e subsidiaram o estabelecimento dos

---

<sup>13</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 2008

<sup>14</sup> PRIORE, Mary del. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006

critérios de classificação. Segundo Foucault<sup>15</sup>,

A história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo; ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.

Importante destacar a contribuição dos entrevistados. Sob este aspecto, planejamos os encontros seguindo a orientação de March Bloch<sup>16</sup> a respeito do contato de um pesquisador com as fontes. Segundo Bloch, “textos ou documentos [...] não falam senão quando sabemos interrogá-los”. Para nós, as fontes orais foram objeto de análise equivalente à realizada em documentos originais ou secundários. Da mesma forma que interrogamos um relatório de administrador em busca de esclarecimento sobre um determinado aspecto do funcionamento da Colônia, assim o fizemos diante das pessoas com quem conversamos e daquelas com quem mantivemos contato epistolar. Conforme ensina Bloch, toda investigação tem uma direção, representada pelo problema que deu origem à pesquisa.

Toda a nossa busca foi centrada no modelo indicado por Jacques Le Goff<sup>17</sup> quando cita a obra de Philippe Joutard que reencontrou

no seio de uma comunidade histórica, através dos documentos escritos do passado, e depois através dos testemunhos orais do presente, como ela viveu e vive o seu passado, como constituiu a sua memória coletiva e como esta memória lhe permite fazer face a acontecimentos muito diferentes daqueles que fundam a sua memória, numa mesma linha, e encontrar ainda hoje a sua identidade.

A memória coletiva, vale reiterar, domina todos os momentos da vida humana, sendo parte integrante da identidade individual e coletiva, que a sociedade contemporânea busca compreender.

---

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p.7

<sup>16</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 79-80, 102-104

<sup>17</sup> GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p.469

## 2.1 METODOLOGIA DE PESQUISA GENEALÓGICA

O modelo de realização desta pesquisa utilizou também o método de pesquisa genealógica. De modo geral, as críticas a este método se prendem a uma visão romântica de busca pela nobreza de sangue. Mas o método genealógico tem amplitude muito maior.

Segundo Rivers<sup>18</sup>, o sistema de matrimônios num grupo social pode ser deduzido da análise de ocorrências tais como a endogamia. Da mesma forma, analisar a genealogia de um grupo representativo permite estudar as leis que regulamentam a descendência e a transmissão de propriedade. "É possível pesquisar a história de um determinado pedaço de terra, talvez desde os tempos em que foi pela primeira vez cultivado, com suas divisões nos vários momentos", esclarece.

Adicionalmente, buscamos sustentação em Beattie<sup>19</sup> ao declarar que

quando os antropólogos sociais lidam com relações de parentesco, na realidade eles estão tratando de relações de um tipo muito diferente, isto é, de relações sociais, que podem ser relações de autoridade e subordinação, de troca econômica, de cooperação doméstica, de ritual ou ceremonial.

Este pioneiro nos estudos da Antropologia Social ensina que o parentesco

é mais comumente utilizado por dois objetivos importantes e relacionados. Primeiro, ele fornece um modo de transmitir *status* e propriedade de uma geração a outra e, segundo, em algumas sociedades ele serve para estabelecer e manter grupos sociais efetivos.

Pouco sabíamos a respeito das famílias dos imigrantes. Mas a partir de nomes recolhidos em diversas fontes, buscamos outras referências que nos permitissem montar os vários grupos. A análise dos registros de nascimentos, batismos e casamentos permitiu identificar os lugares de moradia, as relações de compadrio, a fertilidade dos casais etc. E comprovou ou desfez hipóteses sobre os

---

<sup>18</sup> RIVERS, W. H. R. O Método Genealógico na Pesquisa Antropológica. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A Antropologia de Rivers**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. p.51-69

<sup>19</sup> BEATTIE, John. **Introdução à Antropologia Social**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1980. p.115, 117

arranjos matrimoniais mencionados pelos entrevistados.

Percebemos que algumas pessoas apresentaram informações baseadas não exatamente naquilo que conheciam de seus antepassados, mas em memória coletiva alimentada em generalizações produzidas por historiadores tradicionais. São os documentos-monumentos e as pessoas não percebem, como disse Le Goff<sup>20</sup>, que

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Diferentemente do uso mais frequente, qual seja, a busca dos ancestrais de determinada pessoa, neste trabalho a genealogia foi utilizada para conhecer os descendentes dos pioneiros. Para tornar possível a sua aplicação, inicialmente foram construídas árvores de costado, ou seja, foram montados os quadros de ancestrais para chegar ao genearca<sup>21</sup>.

A tabela de ascendência é realizada do presente para o passado e obedece a normas do Sistema Ahnentafel que, segundo Chamberlin<sup>22</sup>, dispõe sobre a forma de numeração das gerações. Foi criado por Stéphane Kekule von Stradonitz, um alemão do século XIX que divulgou e aperfeiçoou o denominado Método Sosa-Stradonitz. Segundo Acha<sup>23</sup>, Jerónimo Sosa, um erudito espanhol autor de *Noticia Histórica de la Gran Casa de los Marqueses de Villafranca* publicado em 1676, estabeleceu uma forma de numerar os antepassados que se tornou um método científico para construção das árvores de costados. Seguindo estas normas, parte-se de um personagem que recebe o número 1 e seu ancestral

---

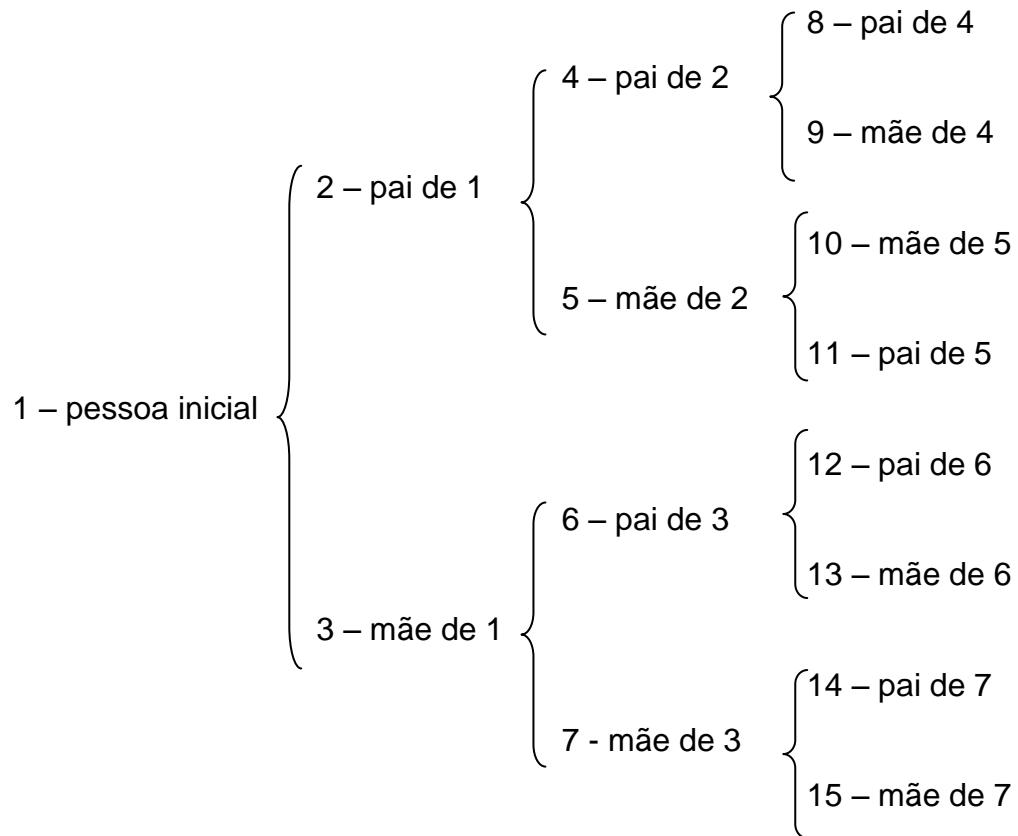
<sup>20</sup> GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p.538

<sup>21</sup> Do grego geneárches: o progenitor ou fundador de uma família, segundo os dicionaristas Aurélio e Houaiss. Para este trabalho, o genearca representa o patriarca de uma família imigrada.

<sup>22</sup> CHAMBERLIN, David C. **The Conceptual Approach to Genealogy**. Madison-USA: Heritage Quest, 1998

<sup>23</sup> ACHA , Jaime de Salazar y. **Manual de Genealogía Española**. Madri: Hidalguia, 2006. p. 206

masculino imediato será o número 2, sendo sua mãe o número 3 da tabela. Portanto, o pai de um personagem da genealogia em estudo será encontrado multiplicando-se seu número por 2. Somando-se 1 a este número, o resultado corresponderá à mãe. A tabela pode ser demonstrada da seguinte forma:



Atualmente este trabalho pode ser composto com muito mais facilidade através do uso de programas de computador. A deposição dos dados no programa permite facilmente avaliar a similaridade de sobrenomes e estabelecer estratégia para novas buscas. Geralmente são identificados vínculos parentais antes insuspeitos. Portanto, o uso da metodologia de pesquisa genealógica, através de um programa específico de computador, permite fazer simultaneamente a árvore de costado e a genealogia descendente do genearca. Além disto, é possível criar fichas individuais com todo tipo de dado encontrado sobre cada personagem, de uma data de nascimento a uma compra de imóvel, passando por citação em notícias de jornais e cartas enviadas ou recebidas.

Um outro aspecto previsto no método refere-se ao estabelecimento do

genearca na Posição Zero, conforme definido no Congresso Internacional de Genealogia realizado em Bruxelas, na Bélgica, em 1958. Isto significa levar todas as referências ao topo da árvore, o que demandou uma outra adaptação feita para este trabalho. Considerando que o objetivo era conhecer a descendência de muitos personagens, criamos um vínculo funcional entre todos os genearcas, considerando por Marco Zero a presença em território do município.

Faz-se mister mais uma palavra sobre o uso do método de pesquisa genealógica neste estudo. Conforme foi informado, o lançamento de um dado deve ser baseado em fonte original. Nem sempre foi possível obter documentos no país de origem. Sendo assim, as listas de passageiros e os registros nos livros de Hospedaria foram considerados como documentos-monumentos para composição das famílias. Identificamos muitos grupos compostos por irmãos e agregados, cuja condição não foi adequadamente lançada em tais registros. Sempre que surgiram dúvidas sobre a relação de parentesco, e na falta de outra fonte para análise, lançamos a hipótese e sua respectiva fonte.

## 2.2 O TEMPO E O ESPAÇO

Definimos que o espaço a ser estudado seria a área territorial do município ao tempo da instalação da Colônia Major Vieira.

Conforme ensina Michel de Certeau<sup>24</sup>, “uma exclusão é sempre necessária ao estabelecimento de um rigor”. Quando se prepara um projeto de pesquisa, é necessário delinear o espaço e o tempo onde a questão se coloca, para tornar viável o estudo.

## 2.3 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Em entrevista concedida a Francesco Maiello, publicada sob o título

---

<sup>24</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense: 2006. p. 47

Intervista Sulla Storia em 1982, Jacques Le Goff<sup>25</sup> manifesta uma opinião interessante. Segundo ele,

Até há não muito tempo o historiador universitário julgava praticamente indigno, se não mesmo imoral, divulgar as suas ideias, particularmente através da televisão. Esta era considerada uma prática embrutecedora.

A declaração veio logo após ter dito que

a história não poderá manter uma qualquer função no âmbito da ciência e da sociedade se os historiadores não souberem por-se em dia no que se refere aos novos meios de comunicação de massa.

Na formulação do projeto, previmos a divulgação dos resultados nos meios de comunicação disponíveis.

Umberto Eco<sup>26</sup> declara que escrever uma tese "é um exercício de comunicação que presume a existência de um público". No caso desta pesquisa, o público a que se destina é composto prioritariamente dos moradores do município, descendentes ou não dos imigrantes. O resgate da memória da Imigração e da Colônia teve como objetivo disseminar o conhecimento construído e abrir oportunidade para que novos estudos se realizem.

---

<sup>25</sup> LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História**. Lisboa: Edições 70: 1986. p. 17

<sup>26</sup> ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005. p.15

### 3. COLÔNIA MAJOR VIEIRA

A Colônia Major Vieira foi criada pelo Decreto Estadual nº 3.207, de 1º de julho de 1911, do governo de Julio Bueno Brandão, sendo Agente Executivo Municipal o Coronel João Duarte Ferreira, cujo ato mereceu a seguinte nota no jornal Cataguazes, Órgão Oficial do Município, datado de 09 de julho de 1911:

Colonia Major Vieira  
Com a denominação acima, o Governo do Estado creou na Fazenda Boa Vista uma colonia em nosso município.

Recebeu o nome em homenagem ao Major Joaquim Vieira da Silva Pinto, antigo chefe político de Cataguases. Conhecida inicialmente como Fazenda do Estado e depois como Estado, numa referência às duas propriedades rurais adquiridas pelo governo estadual para sua instalação, a Colônia Major Vieira é ainda hoje desconhecida por muitos cataguasenses.

Situada na estrada que liga Cataguases a Itamarati, parcialmente banhada pelo rio Novo e pelo rio Pomba, era composta de 50 lotes, sendo 24 na fazenda Boa Vista e 26 na fazenda Floresta, incluídos o lote do logradouro público, onde funcionava a olaria, e o lote da sede da fazenda Boa Vista, este destinado à administração, ambos também vendidos pelo Estado de Minas Gerais.

Sua população era composta pelas seguintes famílias:

- o colono, dono do lote, sua esposa, filhos e, em alguns casos, seus pais;
- o agregado, morador e trabalhador no lote, parente ou não do colono;
- o administrador da Colônia, funcionário público;
- a professora, também funcionária pública.

Em 1921 o Governo Arthur Bernardes analisou a possibilidade de ampliar a área da Colônia - o que não se concretizou, sendo emancipada pelo Decreto 6.314, em 20 de julho de 1923<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Relatórios da Presidência da Província de Minas Gerais, 1924. Presidente Raul de Moura Soares, fls 69. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>> Acesso em nov 2008.

### 3.1 AS FAZENDAS

As fazendas que formaram a Colônia Major Vieira podem ter sido desmembradas de antigas sesmarias.

As sesmarias eram terras distribuídas pelo Governo Imperial e, no período de ocupação pelo homem livre da zona da mata mineira, mediam meia légua em quadra. A légua de sesmaria é uma antiga medida agrária, equivalente a 6.600 m<sup>2</sup>. Portanto, meia légua media 3,3 km<sup>2</sup>, área equivalente a 1.089 hectares ou 225 alqueires mineiros, de 4,84 ha. Entretanto, considerando-se que o sistema de demarcação muitas vezes partia de um ponto determinado pelo requerente, algumas sesmarias poderiam incluir terras não consideradas no processo de retombo<sup>28</sup>.

As primeiras sesmarias até agora identificadas no território de Porto dos Diamantes, hoje município de Cataguases, foram distribuídas a partir da abertura da estrada que ligava a Vila de Presídio, atual Visconde do Rio Branco, a Campos dos Goitacazes, no estado do Rio de Janeiro, concluída em 1812<sup>29</sup>.

As fazendas Floresta e Boa Vista podem ter pertencido à antiga fazenda Bom Sucesso que, em 1855, era propriedade de João Pedro de Souza e havia sido parcialmente dividida com os filhos em decorrência da morte de sua esposa. A sua área total era de 900 alqueires que se estendiam das proximidades da barra do rio Novo, pelo Pomba abaixo, até a barra do rio Pardo. Foi adquirida por títulos de uma sesmaria medida e demarcada, comprada do capitão Ângelo Gomes, de uma sesmaria não medida comprada de Ildefonso Nunes Rosado e de terras compradas de Joaquim Pereira de Souza<sup>30</sup>.

O cruzamento das informações relativas à localização da fazenda Bom Sucesso e aos seus confrontantes nos levaram a duas hipóteses:

---

<sup>28</sup> Dava-se o nome de retombo ao processo de reconstituição de divisas de uma propriedade, realizado por um especialista.

<sup>29</sup> MARLIÈRE, Guido Thomaz Marliere - Notícias e documentos sobre sua vida in: Revista do Arquivo Público Mineiro, vol.XI, fls.123.

<sup>30</sup> Arquivo Público Mineiro, Registro de Terras de Santa Rita do Meia Pataca, 1855/1856.

a) O capitão Ângelo Gomes Moreira, de Porto de Santo Antonio, vendeu a sesmaria concedida a Ana Teresa de Jesus, em 15 de agosto de 1819, no Porto dos Diamantes<sup>31</sup>. Angelo era casado com Ana Teresa de Jesus, como consta do registro do óbito de sua mãe, Violante Moreira<sup>32</sup>. Como não encontramos qualquer registro anterior relativo à sesmeira Ana Teresa, consideramos ser ela a esposa de Ângelo;

b) Ildefonso Nunes Rosado vendeu a sesmaria situada no córrego Pirapetinga, doada a Ildefonço Lopes Rozado em 25 de maio de 1819<sup>33</sup>. Talvez se trate de algum parente ou mesmo do próprio titular da sesmaria.

As terras vendidas por Joaquim Pereira de Souza não foram localizadas, mas consta do Registro de Terras de Santa Rita do Meia Pataca (1855) que ele possuia em torno de dois mil alqueires de terras no ribeirão Passa Cinco, atual distrito de Cataguarino, e no ribeirão Meia Pataca, atual distrito de Glória, tendo vendido boa parte ao Major Joaquim Vieira da Silva Pinto, em setembro de 1841<sup>34</sup>.

A fazenda Bom Sucesso deu origem a várias outras, como a Estrela, Saudade, Santa Clara e Soledade.

Dela pode ter se originado, também, a Colônia Major Vieira.

### 3.1.1 Fazenda Boa Vista

Pertencera a David Alves Ferreira, foi vendida em 03 de fevereiro de 1894 por seu filho, Antonio David Alves Ferreira, à firma Dutra & Companhia, uma sociedade agrícola com sede no distrito de Itamarati. Contava com uma área de 119 alqueires em pastos, capoeiras e cafezais, 20 alqueires em matas, 31 alqueires de matas em diversos locais e 60 alqueires em cafezais, totalizando 230 alqueires, e foi

---

<sup>31</sup> Arquivo Público Mineiro, Registro de cartas de sesmaria, Códice SC-384, pag.253.

<sup>32</sup> Igreja de Santo Antonio de Itaverava, Livro de Óbitos 1779 a 1789, fls 60 a 61v, 01.02.1784

<sup>33</sup> Arquivo Público Mineiro, Registro de cartas de sesmaria, Códice, SC-363, pag.143.

<sup>34</sup> Acervo da Fazenda Rochedo, Auto de Execução, fls.324, transcrição da escritura particular de compra de terras, em 25.09.1841.

vendida por 105:118\$000 (cento e cinco contos e cento dezoito mil réis)<sup>35</sup>

Com a dissolução da Dutra & Companhia, ocorrida em setembro de 1895, o imóvel foi dividido entre os sócios que, representados por Joaquim Gomes de Araújo Porto, Leopoldo Murgel e Domingos Henriques Porto Maia, venderam o imóvel, em dezembro do mesmo ano, ao Dr. Francisco Augusto de Barros e sua mulher, Luiza Augusta de Figueiredo Barros, e aos seus genros José Pereira da Silva Barros, casado com Georgina Côrtes de Barros, e Joaquim Roberto da Fonseca, casado com Ananísia Barros da Fonseca, pelo valor de 151:000\$000 (cento e cinqüenta um contos de réis), pagável em quatro anos<sup>36</sup>.

A principal exploração da fazenda era o plantio e beneficiamento de café, seguido pelo plantio de cana e produção de açúcar, rapadura e aguardente, empregando mão de obra de colonos contratados pelo sistema de meação, além do plantio de alimentos e criação de pequenos animais para consumo.

Dentre os colonos desta fazenda já havia imigrantes italianos, como Eugenio Regazzi e a esposa Enrica, esta falecida em agosto de 1895, tendo sido declarante do óbito o italiano Adolfo Romagnoli<sup>37</sup>.

Sob a denominação de Barros, Fonseca & Silva os sócios também contraram outros imigrantes, todos saídos da Hospedaria Horta Barbosa, de Juiz de Fora, de onde partiram de trem. Desembarcaram na estação de Barão Camargos, e de lá, em carroças ou carros de boi, seguiram para a fazenda Boa Vista, situada a 6 km mais ou menos. Alguns destes contratados, dos quais encontramos registros com clara referência à fazenda, foram:

- Pietro Romagnoli e sua esposa Pasqua Gualandi, pais de Adolfo Romagnoli, Carlo Cavallari e Filomena com os filhos Attilio e Chiara<sup>38</sup>.
- Giuseppe Venturelli, a esposa Albina Columbarini, Giorgio Nanni, casado

---

<sup>35</sup> Cartório de Notas 2º Ofício de Cataguases, Livro 21 de Notas, fls.53.

<sup>36</sup> Cartório de Notas 2º Ofício de Cataguases, Livro 25 de Notas, fls. 20v.

<sup>37</sup> Cartório do Registro Civil de Cataguases, Livro 6 Óbito, fls. 96.

<sup>38</sup> Arquivo Público Mineiro, Livro da Hospedaria Horta Barbosa, Códice SA-910, pag.28.

com Enrica e Anselmo Venturelli, solteiro, todos italianos naturais de Nove, província de Vicenza<sup>39</sup>.

- Augusto Cavallari e Carlota Zanella, casados em 1898, pais de Laurindo, nascido na fazenda, em julho de 1899<sup>40</sup>.

A fazenda Boa Vista, cuja sede foi construída em 1909, foi a residência do Dr. Francisco de Barros até 14 de abril de 1910, quando foi vendida ao Estado de Minas Gerais por 100:000\$000 (cem contos de réis), no Governo de Julio Brandão.

Na descrição do imóvel, consta que a sua área era de 240 alqueires (80x80 braças), tinha 34 casas para colonos, casa de morada nova e envidraçada, monjolo, prensa para farinha, tulhas, dois moinhos de fubá, lavador de café, engenho de beneficiar café, engenho de cana, alambique e tacha de cobre, engenho para serrar madeira, casa para depósito de aguardente, rancho para tropeiros e grande casa de negócios junto à ponte do rio Novo<sup>41</sup>.

Esta foi a primeira propriedade adquirida pelo Estado, dividida em 24 lotes, sendo um o Logradouro Público, com uma olaria que produzia tijolos e telhas para a Colônia e uma casa com armação para negócios. O outro lote, a sede da fazenda, era destinado aos administradores da Colônia.

### 3.1.2 Fazenda Floresta

Pertencia ao Coronel Manoel Fortunato Ribeiro, influente chefe político de Cataguases. Em 1901, foi dada em garantia de uma dívida ao Banco Hypotecário do Brasil, hipoteca esta cedida, em 1909, ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais<sup>42</sup>.

A exemplo de muitas outras fazendas de Cataguases também esta, que tinha como principal atividade a cultura do café, contratou, além de colonos brasileiros, imigrantes italianos tais como Santo Bianchi, a esposa Elisa Bertoldi e os

<sup>39</sup> Arquivo Público Mineiro, Livro da Hospedaria Horta Barbosa, código SA-910, pag.28 e código SA-920, pag.248 e pag.259.

<sup>40</sup> Cartório do Registro Civil de Cataguases, Livro 14 Nasc, fls.148, 13.07.1899.

<sup>41</sup> Arquivo Público Mineiro, Relatórios da Directoria de Agricultura, Terras e Colonização 1911.

<sup>42</sup> Cartório de Notas 2º Ofício de Cataguases, MG Livro 52 de Notas, fls. 27.

filhos Candido, Benevenuto e Angelo, naturais de San Ambrogio, Itália, que haviam chegado à Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, em fevereiro de 1896<sup>43</sup>. Em 1897, Santo trabalhava na fazenda Floresta, onde nasceu seu neto Américo Beghine, filho de Pedro Beghine e Maria Candida Bianchi<sup>44</sup>.

A chamado de Santo, vieram para a fazenda Floresta os italianos Giovanni Com e Agostino Bianchi. Agostino, segundo a neta Odete, era irmão de Santo. Imigrou espontaneamente com a esposa Maria e os filhos Angelina, Teresa, Giovanni, Luigia e Giuseppe. Giovanni Com, natural de Novolade<sup>45</sup>, veio com a esposa Ambrosina e os filhos Fiorentina, Giuseppina, Raffaele e Gioconda. As duas famílias chegaram à Hospedaria de Juiz de Fora, em março de 1897, e tinham como destino a fazenda do Coronel Manoel Fortunato Ribeiro<sup>46</sup>.

Além destes italianos, também já residiam na fazenda Floresta os autríacos João Corne e Ambrosina Corne, pais de Fortunado, nascido em 1897<sup>47</sup>.

O espanhol Antonio Pio Rodrigues, casado com Valentina Carlota de Jesus, trabalhava na fazenda Passa Cinco, em Cataguarino, em 1899, quando nasceu o filho Antonio<sup>48</sup>. Dez anos depois, estava na fazenda Floresta, onde nasceu o filho Casemiro<sup>49</sup>.

Com a morte do Coronel Fortunato, seus herdeiros e representantes do espólio reconheceram a dívida hipotecária superior a 100:000\$000 (cem contos de réis) e, para a quitação do título, fizeram renúncia da fazenda Floresta ao Banco de Crédito Real em 25 de agosto de 1911<sup>50</sup>.

No mesmo ano, dada a conveniência de aumentar a área da Colônia Major

<sup>43</sup> Arquivo Público Mineiro, Livro da Hospedaria Horta Barbosa, código SA-884, pag. 159.

<sup>44</sup> Cartório do Registro Civil de Cataguases, MG, Livro 13 Nas., fls.87.

<sup>45</sup> Provavelmente trata-se do comune Novaledo, província Bolzano, região Trentino Alto-Adige.

<sup>46</sup> Arquivo Público Mineiro, Livro da Hospedaria Horta Barbosa, SA-920, pag.18.

<sup>47</sup> Cartório do Registro Civil de Cataguases, Livro 13 Nasc, fls. 83v.

<sup>48</sup> Cartório do Registro Civil de Cataguases, MG, Livro Nasc.1909, fls. 34

<sup>49</sup> Cartório de Paz, Registro Civil e Notas de Cataguarino, MG, Livro 5 Nasc, fls 47v.

<sup>50</sup> Cartório de Notas 2º Ofício de Cataguases, Livro de Notas 52, fls. 27.

Vieira, o Estado comprou esta fazenda do Banco de Crédito Real por 80:000\$000 (oitenta contos de réis), cuja área era de 307 alqueires de boas terras. As benfeitorias da fazenda constavam de uma ótima casa de residência, casa de tijolos para máquinas, engenho de beneficiar café com pilões, ventiladores e roda d'água, paiol, tulha, duas casas para moradia e comércio, dois chalés, trinta e três casas para colonos na lavoura, moinho, manga para porcos, excelente aguada e 236 mil pés de café, de 1 a 10 anos. Confrontava com Francisco Xavier de Souza, José Antonio Fernandes, Ramiro Gonçalves de Souza, com a fazenda Boa Vista, pertencente ao Estado, e com o Rio Pomba.

Divida em 26 lotes formou, com a fazenda Boa Vista, a área total dos 50 lotes da Colônia Major Vieira<sup>51</sup>.

### 3.2 A FUNDAÇÃO

Os serviços de fundação da Colônia ficaram a cargo de Manoel de Souza Lima, seu primeiro administrador, treinado na fazenda modelo da Gameleira, em Belo Horizonte. Lincoln de Almeida foi o encarregado da medição da fazenda Floresta, a segunda a ser adquirida pelo Estado.

Manoel de Souza Lima foi substituído por Francisco Eduardo da Silveira, que permaneceu na direção da Colônia até 1918, sendo sucedido pelo filho Álvaro da Silveira. Em 1920, assumiu o último administrador, José de Mello Franco.

A construção da casa do colono deveria obedecer ao padrão definido para todas as Colônias mineiras, em tijolos, assoalhada e dotada de instalações sanitárias de acordo com o plano da Diretoria de Higiene e Profilaxia. Compunha-se de dois quartos, sala, cozinha e pequena varanda nos fundos.

Os primeiros colonos a assinarem o contrato de compra foram registrados em agosto de 1911, sendo 8 famílias italianas, 3 brasileiras, 2 portuguesas e 1

---

<sup>51</sup> Relatórios da Presidência da Província de Minas Gerais, 1912. Presidente Júlio Bueno Brandão, fls 39. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>> Acesso em nov 2008.

espanhola. A partir destes primeiros moradores, teve início o trabalho de preparo do solo, como “drenagem, destocamento, aração e gradagem”<sup>52</sup>.

A ocupação dos demais lotes ocorreu paulatinamente, sendo que em 1917, a Colônia já contava com uma população infantil de 239 crianças abaixo de 12 anos, 115 delas matriculadas na escola mista regida pela professora Maria Perpétua Lages Passos, dentre as quais Eva Comello, estrela do cinema cataguasense.

A escola foi instalada numa área de 5.400m<sup>2</sup> no entorno da fazenda Floresta, como se pode ver no mapa da Colônia, onde continua a funcionar.

No ano seguinte, os 49 lotes estavam ocupados por 34 famílias italianas, 12 brasileiras, 1 espanhola, 1 alemã e 1 portuguesa, que mantinham, ainda, 60 famílias como agregadas. A população era assim constituida: 266 italianos, 246 brasileiros, 6 portugueses, 3 alemães e 11 espanhóis.

Em 1919, o número de famílias agregadas chegou a 113, resultando numa média aproximada de três famílias por lote, com uma força de trabalho de seis a dez pessoas se considerarmos os adultos, homens e mulheres, inclusive os filhos maiores de 10 anos.

POPULAÇÃO DA COLÔNIA	
Ano	Número de habitantes
1912	83
1913	109
1914	461
1915	518
1917	529
1918	532
1919	632
1920	1109

Apurado em diversas fontes<sup>53</sup>.

As famílias se dedicavam às lavouras de café, milho, feijão, arroz, amendoim, fumo, algodão, cana de açúcar, à produção de aguardente e rapaduras e

<sup>52</sup> Etapas de preparo do solo para cultivo agrícola.

<sup>53</sup> Arquivo Público Mineiro, Relatórios da Directoria de Agricultura, Terras e Colonização de 1911, 1912, 1918, 1919 e 1920; Relatórios da Presidência da Província de Minas Gerais, 1912 a 1918. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>> Acesso em nov 2008; e, Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases, Vol.1, 1988, fls.101, Prefeitura Municipal, FAFIC e outros.

à fabricação de tijolos. Além do gado, mantinham ainda a criação de pequenos animais como cabras, porcos, patos e galinhas.

Esta produção se destinava ao sustento da família e parte era comercializada, gerando a renda necessária ao pagamento do lote.

Além de infra estrutura como a olaria e os engenhos de café, cana e madeira, os colonos dispunham de equipamentos agrícolas de uso comum, tais como arados, sulcador, grade de disco, semeadeiras, carpideiras, desfribilador, debulhador e máquina de formicida, cuja utilização representava uma inovação tecnológica nas práticas agrícolas adotadas pelos pequenos produtores da época.

### 3.3 O LOTE

O lote da Colônia Major Vieira tinha uma área de 5 alqueires, em média, sendo o alqueire mineiro uma antiga medida de terras que corresponde a 48.400 m<sup>2</sup>, ou seja, 400 campos de futebol da medida oficial.

Cada lote era ocupado pela família do colono proprietário, que o adquiria por compra ao Estado de Minas Gerais, mediante escritura provisória. Após o pagamento, dividido em parcelas anuais, era emitida a escritura definitiva, mas muitos dos primeiros ocupantes revenderam o lote antes de sua quitação e abandonaram a Colônia.

Quanto às famílias de agregados ali residentes, localizamos algumas mediante os registros de nascimento, casamento e óbito, nos quais, na grande maioria dos casos, não há referência clara ao local. Alguns registros mencionam o lote, outros apenas a Colônia e, na grande maioria, somente Cataguases.

Para a grafia dos sobrenomes italianos adotamos os seguintes critérios, em ordem de preferência:

1º- a forma constante do Livro da Hosteraria Horta Barbosa;

2º- a forma como se apresenta na Itália, de acordo com a pesquisa de incidência dos mesmos, através do site [gens.labon.it](http://gens.labon.it) e [alfemminile.com](http://alfemminile.com);

3º- a forma como assinava o colono ou algum familiar.

Apresentamos, a seguir, a relação dos sobrenomes dos imigrantes que residiram na Colônia Major Vieira, muitos com forte presença ainda hoje em Cataguases e Itamarati.

BEDENDO	GRINALDI	POSENTI
BERTULLI	GUALANDI	RAVAGLIA
BIANCHI	GUAZZI	REGAZZI
BOGONI	GUELI	RODRIGUES
BOLOGNINI	GUERCIO	ROMAGNOLI
BONETTI	KEB-KAB	ROSSIN
CALER PEREZ	LOVO	RUGGERI
CARLI	LUCHESE (LUCHESI)	SALVARO
CAUSIN	MAFROTA	SANTILI
COMELLO	MAGALA	SANCHES
COLETTA	MARMORE	SANGUIN
COLUMBARINI	MARQUESINE	SECATTO
CORNE	MASSOLA	STIEVANO
DONATI	MAZIERO	TONETTI
FERLINI	MENDI	VENTURELLI
FERNANDES	MESCHITTA	VENTURINI
FERRARESE	MIGAGNOLI	WENZEL
FIORIO	MOZZOLIN	ZAN
FRASCAROLI	PERNUMIAN	ZANELLA
FULLI	PELLOCONE	ZANOLI
GRAZIOLI	PICOLLO	ZARDI
GERALDO	PICCULI	ZULATO

O fluxo intensificado no final dos anos 1800 trouxe para Cataguases grande número de imigrantes. Os primeiros registros até agora encontrados datam da década de 1870 e se referem aos italianos Zunno, Talarico, Spina, Alliano e Ciribelli, estes quatro últimos residentes em Cataguarino.

Além dos que se fixaram na Colônia Major Vieira, temos os contratados pela Câmara Municipal como Inocente Ghidine, Giacomo Grazioli, Luigi Barccaro, Angelo Bellini, Pasquale Ruffato, Angelo Migliorini, Santo Dallforno, Angelo Dalforno e Paolo Bedendo, destinados às fazendas de café. Entre as propriedades citamos as fazendas Passa Cinco, Japiassu, Macuco, Bom Sucesso, Carangola, Boa Vista do Sertão, Vargem Alegre, Boa Vista, Cachoeira, Bandeira, Campinas e Fundão, de Cataguarino; Fortaleza, Boa Vista, Massarambá e Santa Teresa, no antigo distrito de Itamarati; fazendas Joaquim Vieira, Rochedo, Humaytá, Santa Maria, Saudade, Estrela do Sul, Penedo, Indayá, Turiaçu, Boa Vista e Floresta, no distrito sede e as fazendas Três Barras e Santa Helena, possivelmente localizadas em Miraí.

Citamos, ainda, imigrantes ou descendentes que marcaram presença em Cataguases: Alberto Landoes, Gallotti Serra, Ianini e Pedro Comello, fotógrafos; Antero Ribeiro, José dos Santos Junior, Juvenal Viana e Manoel da Silva Rama, comerciantes; os irmãos Armando e Giovanni Leone, jornaleiros; Augusto Rousseau e Gaetano Mauro, engenheiros; Benoit, padre; Denis Richard Webster, fundador do Colégio São Diniz, em 31.01.1887; Edie Dalforne, músico; Eva Comello, atriz; os irmãos Hélio e Serafim Lourenço, dentista e advogado, respectivamente; Humberto Mauro, cineasta; João Batista da Silva Aral, construtor, responsável pela construção da ponte metálica de Cataguases; João Ciodaro, músico; João Duarte Ferreira, banqueiro e comerciante; Jorge Guglisnk, médico; José Schettini, comerciante e líder operário; Lucio Ciribelli Alves, cantor; Manuel Inácio Peixoto, comerciante e industrial; Osvaldo Abritta, professor e poeta do Movimento Verde; Paschoal Ciodaro, mecânico e músico.

Resgatar parte desta memória e despertar a curiosidade sobre o tema “Imigração em Cataguases” é o objetivo maior deste trabalho.

## FONTES

### Arquivo Público Mineiro

- Gazeta de Cataguases, 31.01.1897.
- Livros da Hosteraria Horta Barbosa, códices SA-867, SA-883, SA-884, SA-910 e SA-920
- Registro de cartas de sesmaria, códices SC-363 e SC-384
- Registro de Terras de Santa Rita do Meia Pataca, 1855/1856.
- Relatórios da Directoria de Agricultura, Terras e Colonização 1911, 1912, 1918, 1919 e 1920

Base da Legislação Federal consultada em novembro de 2001, disponível em <<https://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/>>

Cartório de Paz, Registro Civil e Notas de Cataguarino, Livro 5 de Nascimentos.

Cartório de Paz, Registro Civil e Notas de Itamarati, MG, Livros 2 e 4 de Nascimentos; 2, 4 e 5 de Casamentos; 1 e 3 de Óbitos.

Cartório de Registro de Imóveis de Cataguases, Livros 3-Q, 3-R, 3-S e 3-U.

Cartório do 1º Ofício de Notas de Cataguases, MG, Livros 61 e 79.

Cartório do 2º Ofício de Notas de Cataguases, MG, Livros 21, 25, 52, 73 e 97.

Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livros 12, 13, 14, 17, 18, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 37 de Nascimentos; 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 19 de Casamentos; 5, 6 e 12 de Óbitos.

Emigrazione Veneta. Disponível em <<http://www.emigrazioneveneta.com>>, acessado em 2009.

### Igreja de Santo Antonio de Itaverava

- Livro de Óbitos 1779 a 1789

Jornal O Cataguazes, 11.07.1911 e 25.01.1914

### Leis Mineiras

Decretos nr. 3207 de 01.07.1911, nr. 4194 de 30.05.1914, nr. 11.874 de 12.01.1916, nr. 5596, 97 e 98 de 03.03.1921, nr. 6430 de 15.12.1923, nr. 6613 de 20.07.1923, nr. 6631 de 10.09.1923, nr. 6614 de 20.07.1923, nr. 6624 de 16.06.1924 e nr. 8145 de 13.01.1928

Relatórios da Presidência da Província de Minas Gerais, 1883 a 1926. Disponíveis em <<http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>> Acesso em nov 2008

## BIBLIOGRAFIA

ACHA , Jaime de Salazar y. **Manual de Genealogía Española**. Madri: Hidalguia, 2006. p. 206

BEATTIE, John. **Introdução à Antropologia Social**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CHAMBERLIN, David C. **The Conceptual Approach to Genealogy**. Madison-USA: Heritage Quest, 1998

DIVERSOS. **Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases**, Vol.1, 1988, Prefeitura Municipal, FAFIC e outros.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003

MARLIÈRE, Guido Thomaz Marliere - Notícias e documentos sobre sua vida in: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, vol.XI

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994

MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1993, pp. 07-28.

PRIORE, Mary del. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006

RIVERS, W. H. R. O Método Genealógico na Pesquisa Antropológica. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A Antropologia de Rivers**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991

RODRIGUEZ, Helio Suêvo. A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate da sua memória. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 2008

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras 1665-1897**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998

VIEIRA, Arthur. O Município de Cataguases. In **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 13, 1908

## APÊNDICES

### 1. AS COLÔNIAS EM MINAS GERAIS

A organização de colônias agrícolas em Minas Gerais foi determinada pela necessidade de se oferecer atrativos que fixassem os imigrantes no estado. O caminho encontrado pelos nossos dirigentes foi, então, criar e incentivar a criação de núcleos agrícolas em terras devolutas e no entorno das estradas que se abriam, inclusive a ferrovia.

Por outro lado é importante reafirmar que desde a década de 1880 havia uma intensa movimentação política no sentido de facilitar a entrada de estrangeiros, de modo a atender a falta de braços para a lavoura. É interessante observar que esses imigrantes, como proprietários de pequenas glebas de terra, passaram a fazer parte da própria dinâmica da economia dos municípios onde se instalaram.

A propósito, recuperamos um trecho da mensagem do Presidente Bias Fortes<sup>54</sup>, em 1895, sobre a situação da lavoura em Minas Gerais.

A lavoura, como que vendo no alto preço do café a realização de seus desejos e esperanças, tem-se dedicado quase que exclusivamente a este genero de cultura, sem se ocupar da de cereaes, nem mesmo como accessorio.

Dahi resulta, em parte, o exagerado preço dos generos alimenticios em quasi todos os municipios, porque, si é certo que nem todos se dão ao plantio do café, entregando-se à cultura de cereaes, não é menos certo que há todos os annos um verdadeiro exodo de trabalhadores que, em busca de salarios mais remuneradores, procuram a zona cafeeira, abandonando aquella onde se cultivam de preferencia os cereais, resultando nesta a carencia consideravel de braços.

O remedio que parece mais prompto e efficaz para este mal é a introducção dos systemas de cultura intensiva por parte de nossos Agricultores; só esta, e não a extensiva, que, em regra geral, exige grande numero de braços, poderá ir determinando o augmento de producção de generos alimenticios, até que a introducção de immigrantes em numero sufficiente torne possivel a cultura extensiva, sem o desequilibrio que hoje se vae dando nas

---

<sup>54</sup> Mensagem do Presidente Chrispim Jacques Bias Fortes, 21.01.1895 Pag. 18-19

produções.

Neste Estado só há a grande e pequena lavoura, limitando-se aquella ao plantio do café e da canna de assucar, e esta ao de cereaes. A esta cultura dedicam-se em geral os lavradores de menores recursos, de modo que a produção é muito pequena, e mais que insuficiente para as necessidades da população, que vê-se obrigada a recorrer aos mercados estrangeiros para obter os principaes generos de consumo.

Como se pode observar, havia uma preocupação dos dirigentes em ampliar a produção de gêneros de subsistência, tendo sido este um fator a direcionar o projeto de implantação das colônias agrícolas em Minas Gerais.

O quadro a seguir lista os núcleos coloniais instalados em Minas Gerais no período de 1893/1930<sup>55</sup> e informações obtidas nos Relatórios da Presidência da Província de Minas Gerais<sup>56</sup> e na Coleção de Leis e Decretos de Minas Gerais.

---

<sup>55</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. p. 189

<sup>56</sup> Relatórios da Presidência da Província / Governo do Estado de Minas Gerais 1837-1930. Disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>> Acesso em 23 mar 1999.

Nome do Núcleo	Fundação	Local	Emancipação
Francisco Sales	1893	Pouso Alegre	nov. 1918 <sup>57</sup>
Carlos Prates	1899	Suburb. Capital	1919(?)
Américo Werneck	1899	Suburb. Capital	1919(?)
Afonso Pena	1899	Suburb. Capital	30.5.1914 <sup>58</sup>
Bias Fortes	1899	Suburb. Capital	1919(?)
Adalberto Ferraz	1899	Suburb. Capital	1919(?)
Nova Baden	1900	Lambari	nov. 1918 <sup>59</sup>
Vargem Grande	1907	Suburb. Capital	15.12.1923 <sup>60</sup>
Itajubá	1907	Itajubá	Extinto em 1917
João Pinheiro (fed.)	1908	Sete Lagoas	12.01.1916 <sup>61</sup>
Constança	10.4.1910	Leopoldina	03.03.1921 <sup>62</sup>
Santa Maria	20.4.1910	Astolfo Dutra	
Barão de Ayuruoca	1910	Mar de Espanha	03.03.1921 <sup>63</sup>
Inconfidentes (fed.)	1910	Ouro Fino	
Major Vieira	01.07.1911 <sup>64</sup>	Cataguases	20.07.1923 <sup>65</sup>
Rio Doce	1911	Ponte Nova	03.03.1921 <sup>66</sup>
Wenceslau Braz	1912	Sete Lagoas	10.09.1923 <sup>67</sup>
Pedro Toledo	1912	Carangola	16.06.1924 <sup>68</sup>
Guidoval	1913	São D. do Prata	13.01.1928 <sup>69</sup>
Joaquim Delfino	1914	Cristina	20.07.1923 <sup>70</sup>
Vaz de Melo	1915	Viçosa	adm. Estado
Álvaro da Silveira	1920	Pitangui	
David Campista	1921	Bom Despacho	
Júlio Bueno Brandão	1921	Peçanha	extinto
Francisco Sá	1921	Teófilo Otoni	adm. Estado
Padre José Bento	1923	Pouso Alegre	
Brucutu	1924	Santa Bárbara	
Raul Soares	1926	Pará de Minas	
Mucuri	1927	Teófilo Otoni	

Ao serem emancipadas, as colônias agrícolas sofriam pequena mudança administrativa, especialmente no que se refere ao fornecimento de equipamentos e sementes. Mas de acordo com a mensagem do presidente Fernando de Mello

<sup>57</sup> Mensagem do Presidente do Estado, 1919, p. 80

<sup>58</sup> Decreto nr. 4194 de 30.05.1914

<sup>59</sup> Mensagem do Presidente do Estado, 1919, p. 80

<sup>60</sup> Decreto nr. 6430 de 15.12.1923

<sup>61</sup> Decreto nr. 11.874 de 12.01.1916

<sup>62</sup> Decreto nr. 5597 de 03.03.1921

<sup>63</sup> Decreto nr. 5598 de 03.03.1921

<sup>64</sup> Decreto nr. 3207 de 01.07.1911

<sup>65</sup> Decreto nr. 6614 de 20.07.1923

<sup>66</sup> Decreto nr. 5596 de 03.03.1921

<sup>67</sup> Decreto nr. 6631 de 10.09.1923

<sup>68</sup> Decreto nr. 6624 de 16.06.1924

<sup>69</sup> Decreto nr. 8145 de 13.01.1928

<sup>70</sup> Decreto nr. 6613 de 20.07.1923

Vianna em 14 de julho de 1926<sup>71</sup>, “apesar de emancipadas e com vida autonoma, permaneciam subordinadas ás leis geraes do Estado e do paiz”. Mais adiante Mello Vianna informa o valor arrecadado nos núcleos, proveniente do pagamento de prestações de lotes, taxas de beneficiamento de produtos agrícolas, aluguéis de máquinas e animais para tração.

As despesas de manutenção da estrutura foram mantidas até a extinção de cada colônia, não tendo havido um prazo previamente determinado para que fossem dispensados os funcionários administrativos e vendido o lote reservado pelo estado para moradia do administrador e funcionamento do serviço burocrático. Em diversas mensagens presidenciais, foram mencionadas despesas de manutenção das casas-sede, limpeza de córregos, reparo de pontes e outros serviços nas estradas internas dos núcleos por longo tempo após a emancipação. Acreditamos que tais serviços fossem realizados pelos próprios colonos, representando uma renda adicional para além do cultivo da terra. Analisando as falas anuais do dirigente estadual até 1930, é possível supor que a extinção só ocorria após todos os lotes terem sido quitados e emitidos todos os títulos definitivos de posse.

---

<sup>71</sup> Mensagem do Presidente do Estado, 1926. p. 368

## 2. AS HOSPEDARIAS

De acordo com documentos relativos à Divisão de Terras e Colonização<sup>72</sup>, em 1888 estava sendo construída a Hospelaria Provincial em Juiz de Fora, posteriormente denominada Hospelaria Horta Barbosa. Segundo Norma de Góes Monteiro<sup>73</sup>, a Hospelaria foi inaugurada em maio de 1889 e praticamente abandonada seis meses depois, com a mudança no sistema de governo.

Antes da existência da hospelaria de Juiz de Fora, os imigrantes eram acolhidos no Rio de Janeiro, num sistema que não obedeceu a um único modelo. De modo geral, muitos descendentes se referem à Ilha das Flores como local em que obrigatoriamente ficaram seus antepassados. Pelo que pudemos apurar, nem todos passaram por ali.

Em 1898, o serviço de imigração e colonização estava a cargo das províncias, ficando por conta da União o recebimento e hospelagem dos espontâneos, número relativamente pequeno. O Relatório da Ministério da Agricultura<sup>74</sup> deste ano apresenta um histórico das duas principais hospelarias que funcionaram por conta da União no período do maior fluxo de imigrantes ao país.

A propriedade da Ilha das Flores fora adquirida em 1882 e no ano seguinte procedeu-se à instalação de alojamentos compostos de domitórios coletivos, salas para enfermaria e consultório médico, escritórios, quartos para os empregados e sala de arrecadação. Segundo o relatório do Ministro da Agricultura de 1883<sup>75</sup>, a Hospelaria da Ilha das Flores começou a receber imigrantes no dia 1 de maio

<sup>72</sup> Coleções da Secretaria de Agricultura disponíveis no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

<sup>73</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. p.102-103

<sup>74</sup> Relatório do ano de 1898 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1899 pelo Ministro da Agricultura Severino dos Santos Vieira. Disponível no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ

<sup>75</sup> Relatório apresentado pelo Ministro Affonso Augusto Moreira Penna à Assembleia Geral, 1883. p.216

daquele ano, num total de 7.402 indivíduos, sendo que 987 foram encaminhados para Minas Gerais. Em 1884 foram realizadas obras de melhoramento, com destaque para o depósito de bagagens servido por linha de trilhos e ponte com guindaste. Nos anos de 1885 e 1886 foram feitas algumas obras de reparo em instalações deterioradas pelo uso. Em 1888, com o crescente movimento imigratório, houve necessidade de aumentar os alojamentos, tornando-os capazes de comportar até 2.000 pessoas. Ao mesmo tempo, a União indicava a necessidade das províncias cuidarem da manutenção de suas hospedarias, de modo a que os imigrantes fossem encaminhados por linha férrea tão logo liberados da Agência Nacional dos Portos, ou seja, do Serviço de Imigração.

Uma análise comparativa entre os livros de matrícula na Hospedaria da Ilha das Flores e os registros na Hospedaria de Juiz de Fora, demonstra que entre junho de 1888 e maio de 1889, os nossos imigrantes não passaram pela Ilha das Flores. Em 1890, com a Hospedaria de Juiz de Fora desativada, a hospedaria fluminense passara por novas obras, como a construção de dois novos alojamentos e um novo refeitório. No ano seguinte ocorreram problemas no porto de Santos, tendo o movimento sido distribuído entre Rio e Vitória.

Em 1893<sup>76</sup>, os imigrantes destinados a Minas Gerais que chegaram entre agosto e novembro foram encaminhados diretamente para a Hospedaria Horta Barbosa. Em dezembro daquele ano, informa o Ministro da Agricultura, uma epidemia desenvolveu-se no Vale do Paraíba, determinando a suspensão do tráfego na Estrada de Ferro Central e por este motivo, a pedido do governo de Minas, os imigrantes que se destinavam à Horta Barbosa foram recolhidos na Ilha das Flores entre 11 e 25 de dezembro de 1893. Logo depois, 630 deles foram encaminhados para a Hospedaria do Pinheiro por conta de uma epidemia que se alastrou pela congênere mineira, causando recusa dos fazendeiros em contratar colonos que

---

<sup>76</sup> Mensagem apresentada ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1895 pelo Ministro da Agricultura Antonio Olyntho dos Santos Pires. p. 56

poderiam infectar-se na instituição de Juiz de Fora.

No final de 1894, o encaminhamento dos imigrantes contratados pela província de Minas Gerais teria voltado a funcionar como no período anterior, ou seja, do porto eram encaminhados para a estação ferroviária, sendo embarcados no trem que os levaria para Juiz de Fora. Provavelmente esta regularização foi um reflexo do Decreto nr. 752, de 3 de agosto de 1894, que reestruturou a Hospedaria Horta Barbosa. Entretanto, o ministro Antonio Olinto dos Santos Pires<sup>77</sup> declarou que no ano de 1895 a Hospedaria do Pinheiro recebeu imigrantes provenientes da hospedaria de Juiz de Fora, em função de epidemia que ali se desenvolveu.

Segundo o Relatório do Ministro da Agricultura, em 1893 já não ocorreram obras na Ilha das Flores que no ano seguinte foi ocupada pelas forças militares, por conta da Revolta da Armada. Ressalte-se que, segundo o Decreto nr. 644, de 9 de setembro de 1893, o governo mineiro havia firmado convênio com o do Espírito Santo para que os imigrantes que então chegassem com viagem subvencionada por Minas Gerais, fossem recebidas na Hospedaria da capital daquele estado.

Em junho de 1894 a Hospedaria da Ilha das Flores voltou a servir à Inspetoria de Terras, órgão extinto em dezembro de 1896, quando seus serviços foram transferidos para a Diretoria Geral da Indústria. Entretanto, segundo determinou o Decreto nr. 612, de 6 de março de 1893, foi criado no Rio de Janeiro um ponto de desembarque dos passageiros destinados a Minas Gerais. Pelo que foi possível apurar, esta agência fiscal esteve localizada no próprio porto do Rio.

Ainda assim, e considerando a possibilidade de variações nos procedimentos, lembramos que um normativo federal, o Decreto nr. 696, de 23 de agosto de 1890<sup>78</sup>, declarou “de utilidade pública a desapropriação da Fazenda do Pinheiro, na Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil”, que passou a servir ao

---

<sup>77</sup> Mensagem apresentada ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1896 pelo Ministro da Agricultura Antonio Olyntho dos Santos Pires. p. 77

<sup>78</sup> Base da Legislação Federal consultada em novembro de 2001, disponível em <<https://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/>>

Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas como hospedaria de imigrantes a partir de 28 de março de 1891. A Hospedaria do Pinheiro ali funcionou até julho de 1897, sendo extinta pelo decreto n. 2598, de 31 de agosto de 1897.

Em 1897<sup>79</sup>, ao desativar a Hospedaria do Pinheiro, o Ministério da Agricultura emitiu o aviso número 115, em 29 de outubro, determinando que a partir de então as instalações seriam transferidas para o Ministério da Guerra, razão pela qual os moradores, arrendatários, e meeiros que ali se estabeleceram a partir de janeiro de 1895 seriam indenizados ao preço de “2 reaes por metro quadrado de terras” que ocupavam. A declaração do Ministro acrescenta:

É pensamento do Governo utilizar-se da autorização concedida por lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para vender ou arrendar a parte do mesmo immovel que não for reservada para serviços publicos; necesitando, porém, o Ministerio da Guerra, para os grandes exercícios, para remonta do exercito e mesmo criação de gado com destino às forças alli aquartelladas, de toda a fazenda, com excepção apenas da parte situada sobre o rio Parahyba e a linha da Estrada de Ferro Central do Brazil, onde se acha estabelecido um pequeno arraial, aguarda este Ministerio o resultado do tombamento respectivo, a que se mandou proceder pelo da Guerra, para resolver então como for mais conveniente.

No Relatório apresentado pelo Ministro Antonio Francisco de Paula Souza em 1893<sup>80</sup> ao Vice Presidente da República, informa-se que a Hospedaria do Pinheiro foi inaugurada no dia 1 de março de 1891, localizada à margem da Estrada de Ferro Central do Brazil, na antiga fazenda do Pinheiro, com o objetivo de receber os imigrantes doentes que não deveriam ficar junto com os demais na Hospedaria da Ilha das Flores. Entretanto, os números apresentados no relatório do ano de 1892 demonstram que não eram transferidos apenas os doentes.

Por oportuno, informamos que a Hospedaria do Pinheiro foi fundada em terras da antiga fazenda São José do Pinheiro, construída em 1851 por José Gonçalves de Moraes, futuro Barão de Piraí. Após seu falecimento, foi transferida para seu genro José Joaquim de Souza Breves, sem descendentes. Depois de ter

---

<sup>79</sup> Mensagem do Ministro da Agricultura Severino dos Santos Vieira, 1898. p.75

<sup>80</sup> Mensagem do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1893. p. 30-

sido ocupada pelo Serviço de Imigração (1891-1897) e pelo Ministério da Guerra (1897-1898), foi transformada numa Escola Zootécnica que deu origem à Escola de Agronomia e Veterinária de Pinheiro e desde 1985 é o Colégio Agrícola Nilo Peçanha, da Universidade Federal Fluminense. Em 1995 o território foi alçado a município com o nome de Pinheiral, estado do Rio de Janeiro.

Um outro aspecto a considerar é o fato da estação do Pinheiro, inaugurada em 1871 no município de Barra do Piraí, ser importante tronco, como declara Helio Suêvo Rodriguez<sup>81</sup>,

Barra do Piraí era, a bem dizer, um verdadeiro prolongamento dos subúrbios do Rio de Janeiro, servindo às localidades compreendidas no trecho de Japeri a Barra, à época, com trens diários, além das paradas alternativas dos grandes trens do interior. Podia-se, ainda, sem exageros de retórica, qualificar a estação de Barra do Piraí como o coração da Central.

Além dos núcleos acima mencionados, imigrantes que se dirigiam para a zona da mata mineira eram encaminhados para a hospedaria de Ubá ou para a Jacareacanga, em Leopoldina. Não localizamos documentos referentes à hospedaria leopoldinense. Apenas sabemos que Bias Fortes<sup>82</sup>, em mensagem de julho de 1896, declarou:

Inutil seria todo nosso esforço em bem do desenvolvimento da corrente immigratoria, si o recebimento de imigrantes no Estado não fosse feito com todo o cuidado e com a maior somma de conforto para elles. Convicto disso, o governo tem procurado fazer cercar de todo o agasalho e conforto o imigrante recem-chegado. Para esse fim, mandou executar diversas obras na hospedaria de Juiz de Fora, de modo a dotar este edificio de todos os melhoramentos indispensaveis á commodidade do imigrante e ao serviço de hygine da hospedaria. Providenciou tambem para que sejam estabelecidas diversas hospedarias nos centros das mais importantes zonas agricolas, o que facilitará a localisação e a distribuição dos imigrantes.

O Presidente do Estado informou, então, que estava em construção uma hospedaria na nova capital – Belo Horizonte, e tinham sido iniciados os trabalhos

---

<sup>81</sup> RODRIGUEZ, Helio Suêvo. A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate da sua memória. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004. p. 40

<sup>82</sup> Mensagem do Presidente Chrism Jacques Bias Fortes, 15.07.1896. p. 31

para instalação de duas outras: uma em Leopoldina, na Estação de Vista Alegre, e outra na Estrada Sapucahy, em Soledade, hoje município de Pouso Alegre.

A existência da hospedaria em Ubá foi indicada em alguns processos de registro de estrangeiros nos quais os imigrantes declararam ter passado por tal instituição. Além disso, no início do funcionamento da Hospedaria Horta Barbosa, em 1888, Relatório da Presidência da Província informa que para ali foram transferidos os imigrantes que se encontravam na Hospedaria de Ubá.

Lembramos ainda que, segundo Arthur Vieira<sup>83</sup>, um Relatório de Governo de 31 de dezembro de 1894, apresentado pelo Dr. Antonio Cavalcante Sobral, Agente Executivo no período de 1892 a 1894, informa que no intuito de “promover a introdução de trabalhadores para as nossas lavouras” e autorizado pela Lei nº 26, de 12 de dezembro de 1893, foi adquirido um imóvel do capitão Camilo Delfim Silva, num dos extremos da cidade, para servir de Hospedaria. Por decisão da Câmara, foi também adquirida uma chácara do dr. Ernesto Gama Cerqueira para o mesmo fim. Vieira acrescenta, citando o Relatório:

Creada a hospedaria municipal de imigrantes, dirigi-me ao governo do Estado para obter o auxílio prometido em lei, e depois de submetida à consideração do nosso governo algumas propostas, resolveu elle conceder os mesmos favores concedidos a outras municipalidades, isto é 2\$000 por dia até o máximo de 3, por imigrante recolhido à hospedaria.

Em 1º de janeiro de 1895, na administração do Dr. Astolfo Dutra, chegaram à cidade 187 imigrantes e dois dias depois mais uma leva. Temendo que os casos de febre amarela manifestados na Hospedaria se alastrassem por toda a cidade, suspendeu-se o recebimento de imigrantes e, em ofício de 29 de abril à Câmara o agente executivo informava:

Como, entretanto, a importação do mal se me afigura provável, tratei de preveni-lo; vencido o obstáculo constituido pelo estado sanitário, transformei-a em hospital de isolamento!

---

<sup>83</sup> VIEIRA, Arthur. O Município de Cataguases. In Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 13, 1908, p. 811 a 814

Dentre os onze óbitos ocorridos na Hospedaria está o do italiano Frederico Leasi, 2 anos, filho de Marco Leasi e Giacoma Graciolli, no dia 09 de janeiro de 1895<sup>84</sup>. Marco Leasi residiu na Colônia “Major Vieira”, lote 34. Quanto ao Hospital, segundo antigos moradores localizava-se na rua Francisco Adolfo de Carvalho, travessa que liga as ruas Professor Alcântara e Nogueira Neves.

A propósito, segundo o Decreto nr. 626<sup>85</sup>, de 31 de maio de 1893, o então Presidente do Estado de Minas criou cinco distritos de imigração, assim discriminados:

- 1º distrito – sede em Juiz de Fora;
- 2º distrito – sede na Leopoldina;
- 3º distrito – sede na paróquia da Saúde;
- 4º distrito – sede na Varginha;
- 5º distrito – sede em Uberaba.

Para cada distrito foi nomeado um Fiscal, funcionário público que se encarregava dos trâmites necessários ao encaminhamento dos colonos ao destino. Já o Decreto nr. 806, de 22 de janeiro de 1895, reduziu os distritos fiscais para quatro, com sedes em Juiz de Fora, Leopoldina, Lavras e Uberaba.

O Fiscal do Distrito noticiava o movimento na Hospedaria Horta Barbosa, como demonstra notícia do jornal *O Mediador*, edição número 24 de 04.03.1896, página 2:

Communica-nos o sr. Dr. Fiscal de immigração:

No dia 7 de Março p.p. devem chegar a hospedaria de Juiz de Fora 184 famílias de imigrantes italianos que partirão de Genova no vapor “Italia” no dia 10 deste.

O sr. Dr. Fiscal está em Juiz de Fora onde attenderá aos interessados em contractar serviços com esses imigrantes.

---

<sup>84</sup> Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Cataguases, Livro 5 de Óbitos, fls. 197.

<sup>85</sup> VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras 1665-1897. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p. 525

Ainda no Mediador, edição número 40 de 16.08.1896, página 1, encontramos outra notícia:

Communica-nos o sr. dr. Fiscal da Immigração que no dia 19 do corrente são esperados 680 imigrantes italianos e 230 hespanhoes.”

Conforme já foi dito, a Hospedaria Horta Barbosa esteve em pleno funcionamento entre o segundo semestre de 1888 e junho de 1889, quando teve as atividades suspensas por conta das más condições denunciadas à presidência da província. Segundo os livros preservados, somente em 1892 voltou a funcionar normalmente.

No resumo feito por Norma de Góes Monteiro<sup>86</sup> com a entrada de imigrantes na Hospedaria Horta Barbosa, consta que em 1904 ali se encontravam apenas retirantes vindos do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. Segundo mensagem do presidente Francisco Antonio de Sales<sup>87</sup>, em virtude da paralisação do serviço de imigração a partir de 1897, os funcionários da Hospedaria Horta Barbosa foram dispensados através de decretos assinados a 10 de outubro de 1902 e 23 de janeiro de 1903. Como não localizamos livros daquela instituição após 1901, tentamos localizar os nossos imigrantes tardios nos livros disponíveis no Arquivo Nacional, no Rio, mas não tivemos sucesso. Apenas confirmamos a informação de Norma de Góes Monteiro para a existência de funcionário público do estado de Minas que atuava, na hospedaria da Ilha das Flores, selecionando candidatos às colônias mineiras.

Reiteramos que nossos estudos demonstraram a falta de regularidade no trajeto seguido pelos imigrantes. Além de muitos terem ido para outras localidades mineiras ao chegarem ao Brasil, os pontos de acolhimento funcionaram irregularmente durante o período, gerando situações diversificadas.

---

<sup>86</sup> MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. p.111

<sup>87</sup> Mensagem do Presidente do Estado de Minas, 1903. p.34-35

### 3. ALGUNS LOTES

#### LOTE 7

##### SANTO EUGENIO PICCOLO c/c VITORIA ROSSIN

O sobrenome Piccolo é bastante comum na Itália, sendo encontrado de norte a sul. As variações apresentadas no Brasil são Picolli, Picollo, Piculo e Picolo. Rossin é comum nas regiões do Piemonte, Lombardia e Veneto, todas ao norte da Itália. Aqui, foi grafado também como Rochim, Rossina e Rossim.

A busca por Eugenio Piccolo só teve êxito após a localização seu nome completo, Santo Eugenio Piccolo, na escritura de registro do lote.

No Livro da Hospedaria Barbosa, de Juiz de Fora, encontramos o registro de entrada do menino Santo Piccolo, de 14 anos, italiano, natural de Miglione, nome comum em várias localidades de diferentes regiões da Itália. Juntamente com os pais, Giuseppe Piccolo e Teresa Ramon, e os irmãos Maria, Giovanni, Vincenzo, Emma, Antonio e Antonia, chegou à Hospedaria em 1895. A família viajou no navio Sempione, tendo embarcado no porto de Gênova<sup>88</sup>.

Eugenio Piccolo, como era mais conhecido, e a esposa Vitória Rossin, filha de Maximiliano Rossin e Elisa, casados em Recreio, residiam na Colônia quando nasceram os filhos Antonio, em 1912<sup>89</sup>; Maximiliano, em 1914<sup>90</sup>; Luzia, em 1918<sup>91</sup>, Paulo, em 1920<sup>92</sup>, e Elisa, em 1921<sup>93</sup>.

A filha Maria, nascida em Recreio, casou-se, em 1920, com Antonio

<sup>88</sup> Arquivo Público Mineiro, Livro da Hospedaria Horta Barbosa Código SA- 883, pag. 22.

<sup>89</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 23 Nasc., fls. 74.

<sup>90</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 25 Nasc., fls. 132v.

<sup>91</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 29 Nasc, fls. 77.

<sup>92</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 31 Nasc., fls 151.

<sup>93</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 32 Nasc., fls 179.

Zanella, natural de Descoberto, filho de José Zanella e Celestina Magala. O filho José Zanella nasceu em 1921<sup>94</sup>.

O lote foi comprado do Estado de Minas Gerais por escritura de 11 de junho de 1923, lavrada pelo Tabelião José Ferreira de Carvalho, de Belo Horizonte. Tinha uma casa e área de 5,3 alqueires, sendo banhado aos fundos pelo rio Novo<sup>95</sup>.

Santo Eugenio Piccolo e Vitoria Rossin venderam o lote 7 a Pedro Comello, em 1924<sup>96</sup>. É possível que a família tenha se transferido para Bicas, pois do Cartório daquela cidade foi enviada para o Cartório de Cataguases a comunicação da morte de Maximiliano, ocorrida no ano de 1929, conforme consta de anotação da sua certidão de nascimento.

#### PEDRO COMELLO c/c IDA TONETTI

Este casal foi o segundo proprietário do lote e já havia ocupado outro lote na Colônia, não identificado. Pedro era natural da localidade de Novara, região de Piemonte, norte da Itália, onde ainda são encontrados os sobrenomes Comello e Tonetti.

Os filhos Eva e Roger Comello teriam nascido no Cairo (Egito), como mencionado por Levi Simões Costa em seu livro “Cataguases Centenária”. De acordo com um depoimento de Eva, a família veio do Egito, onde Pedro prestava serviço militar, para a Itália. Chegou em Cataguases no ano de 1914, sendo recebida e hospedada pelo italiano José Schettini.

José, um comerciante de couros e calçados, era membro da Liga Operária Cataguasense, como se pode ver do anúncio de seu estabelecimento, publicado no livro “Minas Gerais e seus Municípios”, de Roberto Capri.

Na Colônia Major Vieira Pedro Comello comprou um lote, possivelmente do

---

<sup>94</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 33 Nasc. , fls. 10.

<sup>95</sup> Cartório de Registro de Imóveis de Cataguases, MG, Livro 3S, nº 7.815, fls. 12v.

<sup>96</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas de Cataguases, MG, Livro 73 , fls. 39.

Estado de Minas Gerais, mediante escritura particular, no qual a família viveu até 1917. Na escola da Colônia a menina Eva iniciou seus estudos. Em suas memórias falou do percurso que fazia a cavalo até a escola pública e da merenda preparada pela mãe. Ainda segundo Eva, seu pai era um artista que sabia administrar bem o serviço. Lembrou, ainda, de

... como produziam café ! ... aqueles terreiros cheios de café e, se não me engano, era quinze mil réis a arroba<sup>97</sup>.

Pedro Comello era fotógrafo, amigo de Humberto Mauro, a quem ensinou a arte da fotografia. Do trabalho de ambos surgiu a produção cinematográfica em Cataguases, estrelada por Eva. Ainda hoje, há descendentes de Comello que residem na Colônia e na cidade de Cataguases.

Dentre as testemunhas do casamento de Vítorio Bianchi e Clotilde Zardi, ocorrido em 1920, estava Leopoldo [a] Comello<sup>98</sup>. Quem seria?

Em julho de 1927 o lote foi vendido a Joaquim Antonio de Oliveira<sup>99</sup>. Se Pedro Comello manteve esta propriedade no período de 1914 a 1917, tudo indica que poderiam ser seus agregados José Fernandes Manoel de Souza, que, em 1914, se casou com Sebastiana Maria de Jesus<sup>100</sup>, bem como Olegário Francisco da Silva e Maria Bernardina da Conceição, casados em São João Nepomuceno, pais de Ana Veridiana da Conceição, nascida no lote em 1917<sup>101</sup>.

---

<sup>97</sup> Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases, Vol.1, 1988, fls. 101, Prefeitura Municipal, FAFIC e outros.

<sup>98</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 14 Casam., fls. 59v.

<sup>99</sup> Cartório do 1º Ofício de Notas de Cataguases, MG, Livro 79 de Notas, fls. 27.

<sup>100</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 11 Casam., fls. 136v.

<sup>101</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 28 Nasc., fls. 186.

## LOTE 15

## ADOLFO ROMAGNOLI c/c MARIA ZANELLA

O sobrenome Romagnoli é muito comum em toda a Itália. Aqui apresenta variações, tais como Romagnoli, Romagnolo, Romagnole e a forma aportuguesada Romanhol, adotada pelos descendentes. Constituem hoje uma grande família em Cataguases e Itamarati, com ramificações nos estados do Espírito Santo e Paraná.

Adolfo Romagnoli já residia na fazenda Boa Vista, em agosto de 1895, quando foi testemunha do registro de óbito da italiana Enrica Regazzi, falecida na fazenda<sup>102</sup>. Isto confirma os relatos da família de que Adolfo e um irmão vieram antes dos seus pais. O registro de sua entrada no Brasil não foi localizado. É possível que a chamado de Adolfo tenha vindo o seu pai, Pietro Romagnoli, juntamente com seu amigo Carlo Cavallari.

Pietro Romagnoli, 54 anos, a esposa Pasqua Gualandi, 50 anos, os filhos Luigia, 18 anos, e Gunigiani, 15 anos, todos italianos, embarcaram no porto de Gênova e chegaram à Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, no dia 19 de agosto de 1896. Saíram sete dias depois, com destino à fazenda Boa Vista, sob contrato para o trabalho na lavoura por Barros, Fonseca & Silva. A viagem de trem terminou com o desembarque na Estação de Barão de Camargo<sup>103</sup>.

No mesmo navio em que vieram os Romagnoli, viajaram Carlo Cavallari, sua esposa Filomena e os filhos Attilio e Chiara. Carlo Cavallari voltou para a Itália com a família em data ignorada. Quem sabe levou Luigia, a Luiza Romanhol, para se casar com Vítorio Bianchi?

Pietro e Pasqua tiveram os seguintes filhos:

I - Adolfo Romanhol, nascido em 06 de maio de 1871, na localidade de

---

<sup>102</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 5 Obito, fls. 96.

<sup>103</sup> Arquivo Público Mineiro, Livro da Hospedaria Horta Barbosa, Códice SA-910, pag. 28.

Búdrio, província de Bologna, região de Emilia Romagna. Em 1895, aos 24 anos, já estava no Brasil e, em 1902, casou-se com Maria Zanella, a Marieta, filha de José Zanella e Celestina Magulla<sup>104</sup>. Segundo seu neto Mário Romanhol, Adolfo era pedreiro e trabalhou na construção de várias casas na Colonia Major Vieira. Outra descendente, a neta Iolanda Bianchi, relatou que Adolfo trabalhou também na construção de casas em Leopoldina, que, pelo local descrito, pode ter sido na Colônia Constança. Adolfo e Maria foram pais de:

- a) Mario Romanhol, nascido em janeiro de 1912<sup>105</sup>;
- b) Anacleto Romanhol, que nasceu em 1902, casou-se com Alice Beghine, filha de Pedro Beghine e Candida Maria Bianchi em 1922<sup>106</sup>;
- c) Aniceto Romanhol, nascido em 1905, casou-se, no ano de 1929, com Maria Zanella, natural de Porto de Santo Antonio, filha dos italianos Ricardo Zanella e Giulia Ravaglia<sup>107</sup>.

De acordo com a escritura pública de 02 de março de 1920, do Tabelião José Ferreira de Carvalho, de Belo Horizonte, (MG), registrada quatro anos depois, Adolfo comprou o lote 15, que tinha uma área de 225.000m<sup>2</sup>, quase 07 alqueires<sup>108</sup>. Além deste, Adolfo possuiu também os lotes 14, 38 e o 39, que era a sede da fazenda Floresta, vendidos a Geminiano Felipe de Mendonça, em 1924. Os lotes 15 e 38 tinham escritura pública e os lotes 14 e 39, escritura particular<sup>109</sup>.

II - Vincenzo Romagnoli, aqui Vicente Romanhol, casou-se, em janeiro de 1910, na Itália, com Angelina Bianchi, filha Giuseppe Bianchi e Antonia Cavallari, também grafado como Calderari. Constatamos a existência do sobrenome Calderai

---

<sup>104</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 6 Casam, fls. 159v.

<sup>105</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 22 Nasc., fls. 83

<sup>106</sup> Cartório e Paz, Registro Civil e Notas de Itamarati, MG, Livro 4 Casam, fls. 69

<sup>107</sup> Cartório e Paz, Registro Civil e Notas de Itamarati, MG, Livro 5 Casam, fls.78

<sup>108</sup> Cartório do Registro de Imóveis de Cataguases, MG, Livro 3R, nº 7709, fls. 208v.

<sup>109</sup> Cartório 2º Ofício de Notas de Cataguases, MG, Livro 73 de Notas, fls. 76.

na região do Lazio, província de Roma. Cavallari pode ser encontrado também nas regiões da Lombardia, Emilia Romagna e Piemonte, ao norte da Itália.

Em 1912, o casal vivia na Colônia, quando nasceu a filha Ilda<sup>110</sup>. Dois anos depois, nasceu Mario Bianchi Romanhol, que se casaria com Maria Fagundes, em Belo Horizonte<sup>111</sup>. Vicente e Angelina tiveram ainda os filhos Sterina<sup>112</sup> e Pierino<sup>113</sup> que nasceram no mês de outubro de 1915 e 1917, respectivamente. O nascimento de Pierino ocorreu no lote 15, o que pode indicar que Vicente foi um dos primeiros ocupantes ou agregado deste lote .

III - Giuseppe Romagnolo, aqui José Romanhol, também natural de Budrio, casou-se em 1906, na Itália, com Germana Bologuini, filha de Cesare Bologuini e Maria Gualandi, talvez sua prima. O sobrenome de Germana pode ser Bolognini, muito comum em toda a Itália, principalmente na região norte. Na Colônia, em lote não ainda identificado, nasceu, em 1915, o filho Primo Romanhol<sup>114</sup>.

Constatamos que Giuseppe residiu no lote 35, em 1915, quando testemunhou o casamento de Joaquim Santana de Oliveira e Elvira Alves da Silva, sendo o noivo lavrador, também residente no mesmo lote<sup>115</sup>, até 1917, quando nasceu a filha Georgina Romanhol<sup>116</sup>. Pode ter sido o primeiro ocupante ou agregado do referido lote.

IV - Luigia Romagnoli, entre nós Luiza Romanhol, casou-se na Itália com Vitorio Bianchi, filho de Santo Bianchi e Elisa Bertoldo. Ver lote 36.

V - Gunigiani, 15 anos. A única informação obtida a seu respeito foi a entrada na Hospedaria Horta Barbosa, de Juiz de Fora.

---

<sup>110</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG Livro 23 Nasc., fls. 50v.

<sup>111</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 25 Nasc., fls. 18v.

<sup>112</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 26 Nasc., fls. 134v.

<sup>113</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 28 Nasc., fls. 176.

<sup>114</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 26A Nasc., fls. 94v.

<sup>115</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 11 Casam., fls. 173v.

<sup>116</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 28 Nasc, fls 173.

## LOTE 34

## MARCO LEASI c/c GIACOMA GRAZIOLI

Marco Leasi era filho de Antonio Leasi e Luigia. Sua esposa, Giacoma Grazioli, era filha de Giuseppe Grazioli e Tomasia Santa. Leasi é um sobrenome pouco comum, encontrado, hoje, nas regiões da Lombardia e Veneto, norte da Itália. Identificamos aqui as variações Leazi, Leaze, Lease, Leazzi e Aliazi. O sobrenome Grazioli existe ainda nas regiões da Toscana, Emilia-Romagna e Lombardia, também norte da Itália. Foi grafado também como Graciolli, Gracioli e Graziole.

O casal e seus filhos Antonio, 16 anos; Cornelia, 13 anos; Celso, 11 anos; Maria, 8 anos; Angelo, 6 anos; Eugenia, com 4 anos e Federico, de 2 anos, viajaram para o Brasil no navio Solferino, partindo do porto de Genova. Neste mesmo navio vieram também Giacomo Grazioli, sua esposa, Giuseppa, e as filhas, Maria, Rosa, Pierina e Teresa. Seriam os Grazioli parentes?

Em 22 de dezembro de 1894, entraram na Hospedaria Barbosa, de Juiz de Fora, de onde saíram com destino a Cataguases, sob contrato com a Câmara Municipal<sup>117</sup>. A família de Marco foi instalada na Hospedaria dos Imigrantes de Cataguases, onde Federico, o filho mais novo, faleceu em 09 de janeiro de 1895, possivelmente de febre amarela<sup>118</sup>.

A família Leasi era assim composta:

I - Federico;

II - Antonio Leasi, que faleceu de infecção em 1911, aos 23 anos, quando a família já residia na Colônia Major Vieira<sup>119</sup>;

---

<sup>117</sup> Arquivo Público Mineiro, Livro da Hospedaria Horta Barbosa, Código SA-867, págs.101 e 107.

<sup>118</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 5 Obitos, fls. 197

<sup>119</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 12 Obitos, fls. 104

III - Cornélia Leasi, casada com Ferdinando Paratella em 1902<sup>120</sup>. Ferdinando nasceu em 21 de novembro de 1874, filho de Giovanni Paratella e Elisabetta Montagna<sup>121</sup>, também citada como Isabel Montagne. Cornélia e Ferdinando residiam na cidade de Cataguases, onde nasceram os filhos:

- a) Elvira Paratella, nascida em março de 1906<sup>122</sup>;
- b) Celinia, nascida em 1908 na fazenda Macuco<sup>123</sup>;
- c) João Paratella, nascido em fevereiro de 1917<sup>124</sup>;
- d) Heitor Paratella, nascido em outubro de 1918<sup>125</sup>;

IV - Celso Leasi, de quem não obtivemos mais informações.

V - Maria Leasi, de 19 anos, casou-se, em julho de 1909, com Alexandre Nepomuceno Pereira, filho de Vicente Nepomuceno Pereira e Januária Candida Pereira<sup>126</sup>. Em novembro de 1919, nasceu Martinho Leasi Pereira<sup>127</sup>.

VI - Angelo Leasi, natural de Mantova, casou-se, em setembro de 1916, com Ana Bianchi, residente no lote 36, filha do falecido Augusto Bianchi<sup>128</sup>. Possivelmente o nome completo da noiva era Ana Josefina, sendo citada somente como Josefina no registro de nascimento. Filhos do casal:

- a) Geraldo, que nasceu na fazenda Florestinha, em dezembro de 1921, e se casou com Maria de Lourdes Figueira, aos 29 anos<sup>129</sup>.
- b) José, nascido em 1925, casou-se aos 22 anos com Odete de Oliveira Silva<sup>130</sup>.

---

<sup>120</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 6 Casam., fls. 182

<sup>121</sup> Disponível em <<http://www.emigrazioneveneta.com>>, acessado em 2009.

<sup>122</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 17 Nasc., fls. 49v.

<sup>123</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 18 Nasc., fls. 127.

<sup>124</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 27 Nasc., fls. 10.

<sup>125</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 30 Nasc., fls. 21v.

<sup>126</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 8 Casam., fls. 164v.

<sup>127</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 31 Nasc., fls. 41.

<sup>128</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 12 Casam., fls. 106.

<sup>129</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 33 Nasc., fls. 109v.

<sup>130</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 37 Nasc., fls. 16.

VII - Eugenia Leasi casou-se com Osório Amaro, filho de João José Amaro e Rita de Jesus<sup>131</sup>. Tiveram a filha Maria das Dores em 1919<sup>132</sup>.

VIII - Luigia Leasi, nascida na fazenda Laranjeiras, de Agostinho Campos, em 21 de novembro de 1896, casou-se em 1918 com Cornélio de Souza Xavier, filho de Joaquim de Souza Xavier e Galdina Augusta Peixoto, residentes na fazenda Soledade,<sup>133</sup> que confrontava com a Colônia. O casal teve a filha Maria, nascida na fazenda Soledade em 1920<sup>134</sup>.

IX - Tielson ou Tielço Leasi, nascido em fevereiro de 1898, casou-se pela primeira vez, em 24 de setembro de 1921, com Maria do Carmo, filha de Eduardo Venâncio da Costa e Mariana Isabel da Rocha<sup>135</sup>. O segundo casamento, em novembro de 1926, foi com Adélia Monteiro de Barros, filha de Protásio Monteiro de Barros e Maria José Monteiro de Barros<sup>136</sup>.

X - Esterina Leasi tinha vinte anos quando se casou, em 1920, com Ernesto Bianchi, nascido em Itamarati, filho do finado Augusto Bianchi e Maria Massola. Giacoma Grazioli, mãe da noiva, também havia falecido em 1913<sup>137</sup>.

Marco Leasi comprou do Estado de Minas Gerais o lote 34 que tinha 265.00m<sup>2</sup> ou 5,5 alqueires. A escritura foi emitida em 02 de março de 1920 pelo 3º Tabelião de Belo Horizonte, José Ferreira de Carvalho, registrada no mesmo ano<sup>138</sup>. A família viveu neste lote até 1921, quando o venderam a José Inácio de Mello, pai de Francisco Inácio de Mello, o vizinho do lote 35<sup>139</sup>.

Giacoma e Marco Leasi deixaram descendentes em Cataguases.

---

131 Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 13 Casam., fls. 16.

132 Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 30 Nasc., fls. 189.

133 Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 13 Casam., fls. 86.

134 Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 31 Nasc., fls. 158v.

135 Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 15 Casam., fls. 87.

136 Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 19 Casam., fls. 142.

137 Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 14 Casam., fls. 22v.

138 Cartório do Registro de Imóveis de Cataguases, MG, Livro 3-Q, Nº 6126, fls. 09v.

139 Cartório do 1º Ofício de Notas de Cataguases, MG, Livro 61 de Notas, fls. 03.

## LOTE 36

## VITTORIO BIANCHI c/c LUIGIA ROMAGNOLI

O relato deste lote tem início com Santo Bianchi e Elisa Bertoldi e registraremos, também, o histórico de Agostino Bianchi, filho de Giovanni Bianchi e Luigia Peruzzi<sup>140</sup>, que, segundo sua neta Odete, era irmão de Santo. O sobrenome Bianchi é um dos mais comuns da Itália, existindo em todo o país. Apresenta, aqui, a variação Bianque.

Santo Bianchi, de 51 anos, e sua esposa Elisa, de 45 anos, vieram para o Brasil com os filhos Candida, de 22 anos, Benevenuto, de 20 anos, e Angelo, com 11 anos. Saíram da Itália no navio Rosário, tendo embarcado no porto de Gênova. Entraram na Hosteria Horta Barbosa dia 25 de fevereiro de 1896, saindo com destino à fazenda de José Joaquim, em Além Paraíba<sup>141</sup>. Em 1897 residiam na fazenda Floresta, pertencente ao Cel. Fortunato. Além dos filhos acima citados, havia ainda o Vitorio, que permaneceu na Itália.

I - Vitorio Bianchi casou-se, na Itália, com Luigia Romagnoli, a Luiza, filha de Pietro Romagnoli e Pasqua Gualandi, fixados na fazenda Floresta desde 1896. Talvez tenha se casado em Castel de San Pietro Terme, província de Bologna, região da Emilia Romagna, onde nasceria seu filho Emílio. Filhos do casal:

- a) Emilio, natural da Província de Bologna, nascido em 1902<sup>142</sup>, casou-se, em 1925, com Maria Rita de Souza, natural de Leopoldina, filha de José Maria de Souza Barbosa e Deolina Maria da Encarnação.
- b) Elisa nasceu no lote, em novembro de 1916<sup>143</sup>;
- c) Desolina, também nascida no lote 36, em agosto de 1914<sup>144</sup>;

---

<sup>140</sup> Cartório de Paz, Registro Civil e Notas de Itamarati, MG, Livro 2 Nasc., fls. 183.

<sup>141</sup> Arquivo Público Mineiro, Livro da Hosteria Horta Barbosa, SA- 884, pag. 159.

<sup>142</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 16 Casam., fls. 137.

<sup>143</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 27 Nasc, fls. 174.

<sup>144</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 25 Nasc, fls. 85.

- d) José Bianchi
- e) Maria Rosa Bianchi
- f) Pedro Bianchi.

Os nomes dos três últimos filhos foram extraídos da procuração dada ao pai para venda do lote, em 1936<sup>145</sup>.

Com o falecimento de Luigia, em 10 de junho de 1919, Vittorio casou-se com Clotilde Zardi, viúva de Jaques Ungaro, filha Giuseppe Zardi e Aurora Mozzolini, estes também residentes na Colônia<sup>146</sup>. Não encontramos registro de filhos do casal e nem do falecimento de Clotilde.

Em 1924 Vittorio já havia se casado com Gracisa Mesquita, filha dos vizinhos do lote 37, Ambrosio Mesquita e Luiza Mesquita. Foram pais de Fioravante, nascido em maio de 1925, na Colônia<sup>147</sup>. É possível que Vittorio e Gracisa tenham se transferido para o estado de São Paulo, onde já residiam alguns Zardi e Meschitta.

Vittorio comprou este lote 36, de 5,0 alqueires, do Estado de Minas Gerais, através da escritura de 02 de maio de 1920, lavrada pelo Tabelião José Ferreira de Carvalho, de Belo Horizonte, registrada em 1929<sup>148</sup>. Como já mencionamos, os filhos de Vitorio lhe deram uma procuração para efetuar a venda deste lote, em 1936.

II - Maria Candida Bianchi nascida em 1874, casou-se com Pietro Beghine, filho de Luigi Beghine e Lucrecia Grigoleti. Foram pais de Américo Giuseppe Beghine, nascido em julho de 1897, na fazenda Floresta<sup>149</sup>. A falta de outros registros relativos ao casal pode indicar que Candida foi para a casa da mãe apenas na época do parto. Pietro e Candida moravam em Itamarati, na casa de comércio que tiveram ao lado da ponte, na entrada da cidade.

A filha Alice Beghine casou-se com Anacleto Romanhol, filho de Adolfo

---

<sup>145</sup> Cartório do 2º Ofício de Notas de Cataguases, MG, Livro 97 de Notas, fls.04.

<sup>146</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro14 Casam., fls. 59v.

<sup>147</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 37 Nasc., fls. 36v.

<sup>148</sup> Cartório de Registro de Imóveis de Cataguases, Livro 3-U, nº 9884, fls. 120v.

<sup>149</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 13 Nasc., fls. 87.

Romagnoli e Maria Zanella, em 15 de novembro de 1922<sup>150</sup>. Conforme lembrou D. Iolanda Bianchi, filha de Alice, seu avô, Pietro Beghine, possuiu o primeiro ônibus de Itamarati, uma jardineira ou perua, como se dizia na época.

III - Benevenuto Bianchi nasceu na Itália, em 1876, e a seu respeito só conseguimos os dados do Livro da Hospedaria.

IV - Angelo Bianchi. Sabemos apenas que nasceu em 1885, na Itália.

Dadas as muitas menções a Agostino Bianchi, irmão de Santo, sem que fosse possível identificar o seu lote, e, considerando que suas filhas Angelina e Ana residiram neste lote 36, incluiremos aqui o seu histórico.

Agostino Bianchi tinha 48 anos quando chegou ao Brasil com sua esposa, Maria, e os filhos Angelina, de 11 anos; Teresa, 9 anos; Giovanni, 5 anos; Luigia, 2 anos e Giuseppe, com 3 meses. Era natural de San Ambrogio, Itália, de onde saiu pelo porto de Genova, tendo embarcado no navio Les Andes. Em 19 de março de 1897, chegou à Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, saindo com destino à fazenda do Coronel Fortunato Ribeiro, em Cataguases, para onde havia sido chamado por Santo Bianchi<sup>151</sup>, seu irmão. Trabalhava na fazenda Fagundes, em Itamarati, quando faleceu, em 1901, deixando seis filhos<sup>152</sup>, quais sejam:

I - Angelina, 15 anos. Casou-se em 1904, com Joaquim José Lourenço, filho de Manoel de Souza e Maria Francisca de Jesus, residentes em Itamarati<sup>153</sup>. Nasceram na Colônia os filhos Manoel, em 1917<sup>154</sup>, e Geraldo, em 1923<sup>155</sup>.

II – Olinda, de 13 anos. É possível que seja a Teresa que chegou ao Brasil aos 9 anos. Em 1903, aos 15 anos, Teresa Bianchi se casou com José Luiz Tavares, natural de Alagoa, município de Prados (MG), filho de Antonio Luiz de

<sup>150</sup> Cartório de Paz, Registro Civil e Notas de Itamarati, MG, Livro 4 Casam, fls. 69.

<sup>151</sup> Arquivo Publico Mineiro, Livro da Hospedaria Horta Barbosa, Códice SA-920, pág. 18.

<sup>152</sup>Cartório de Paz, Registro Civil e Notas de Itamarati, MG, Livro1 Óbito, fls. 192v.

<sup>153</sup> Cartório de Paz, Registro Civil e Notas de Itamarati, MG, Livro2 Casam., fls. 42.

<sup>154</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 28 Nasc., fls. 83v.

<sup>155</sup> Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 34 Nasc, fls. 114v.

Magalhães e Camila Maria de Magalhães<sup>156</sup>. Entretanto, Olinda também era casada com José Luiz Tavares, pais de uma criança nascida em 1912, falecida logo depois<sup>157</sup>, o que nos leva a supor, considerando também a mesma idade das duas, que Olinda e Teresa sejam a mesma pessoa.

III - Giovanni, 10 anos, o João Bianchi, que se casou com Maria Martins de Mello, viúva de João Possenti, como informou a filha do casal, Odete Bianchi.

IV - Rosa, 6 anos, nascida em 1895. A Luigia que chegou ao Brasil em 1897, com 2 anos, pode ser a Rosa que se casou com Antonio Bernardo de Senna, residente no sítio Perobas, em Itamarati, quando faleceu seu filho João em 1911<sup>158</sup>.

V - Giuseppe chegou ao Brasil com 3 meses e dele nada sabemos.

VI - Josefina, de 4 anos, nascida no Brasil. Ana Bianchi, de 19 anos, residente no lote 36, se casou com Angelo Leasi, filho de Marco Leasi e Giacoma Grazioli, em setembro de 1916<sup>159</sup>. Entretanto, Josephina Bianchi também era casada com Angelo Leasi quando nasceram os filhos Geraldo, em 1921<sup>160</sup>, e José, em 1925<sup>161</sup>. A exemplo de suas irmãs Teresa/Olinda e Luigia/Rosa, Josefina e Ana também podem ser a mesma pessoa.

VII - Brasilino, de 1 ano. Ernesto Brasilino Bianchi, nascido em Itamarati em 1900, casou-se em 14 de fevereiro 1920 com Esterina Leasi, filha de Marco Leasi e Giacoma Grazioli<sup>162</sup>, sendo estes os únicos registros encontrados a seu respeito.

Giuseppe Bianchi era casado com Antonia Cavallari, também citada como Calderari. Possivelmente este casal não viveu no Brasil, mas, sim, a sua filha Angelina Bianchi, que se casou com Vicente Romagnoli, filho de Pietro Romagnoli e Pasqua Gualandi, sendo os pais de Ilda, Mario, Sterina e Pierina.

<sup>156</sup> Cartório de Paz, Registro Civil e Notas de Itamarati, MG, Livro 2 Casam., fls. 32v.

<sup>157</sup> Cartório de Paz, Registro Civil e Notas de Itamarati, MG, Livro 3 Óbito, fls. 115.

<sup>158</sup> Cartório de Paz, Registro Civil e Notas de Itamarati, MG, Livro3 Óbito, fls. 63.

<sup>159</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 12 Casam., fls. 106.

<sup>160</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 33 Nasc., fls. 109v.

<sup>161</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 37 Nasc., fls. 16.

<sup>162</sup> Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Cataguases, MG, Livro 14 Casam., fls. 22v.